



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CÂMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO-CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ANA LÚCIA SALES

**HISTÓRIAS AFRO-RELUZENTES A PARTIR DO LIVRO A BELA ACORDADA: O
CUMPRIMENTO DA LEI 10.639/03.**

CAMPINA GRANDE-PB

2021

ANA LÚCIA SALES

**HISTÓRIAS AFRO-RELUZENTES A PARTIR DO LIVRO A BELA ACORDADA: O
CUMPRIMENTO DA LEI 10.639/03.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Educação
como exigência para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia pela
Universidade Estadual da Paraíba.

Orientadora: Profa. Dra. Lígia Pereira dos
Santos

CAMPINA GRANDE - PB

2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S163h Sales, Ana Lucia.
Histórias afro-reluzentes a partir do livro A Bela acordada [manuscrito] : o cumprimento da Lei 10.639/03 / Ana Lucia Sales. - 2021.
55 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2021.
"Orientação : Profa. Dra. Lígia Pereira dos Santos , Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Literatura infanto-juvenil. 2. Movimento negro. 3. Diversidade. 4. Lei 10. 5. 639/03. I. Título

21. ed. CDD 028.5

ANA LÚCIA SALES

HISTÓRIAS AFRO-RELUZENTES A PARTIR DO LIVRO A BELA ACORDADA: O CUMPRIMENTO DA LEI 10.639/03.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Departamento de Educação como exigência para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba.

Área de concentração: Educação

Aprovado em: 15/10/2021.

Nota: 10,0.

BANCA EXAMINADORA



À minha vó materna Filomena Silva do Nascimento que em nenhum momento largou a minha mão nessa caminhada da vida, pois o seu amor, cuidados, zelo, carinho e conselhos me deram régua e compasso para chegar a UEPB e concluir o meu Curso de Licenciatura em Pedagogia. Gratidão a Deus pelos seus 102 anos de idade e dedicação permanente a nossa família.

À minha mãe Josefa Sabino do Nascimento (*In Memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que tem sido fortaleza e providência na minha vida.

De modo especial, a minha orientadora e professora Dr.^a Lígia Pereira dos Santos que me ajudou a vencer esta etapa tão importante da minha vida acadêmica formando uma parceria afro-reluzente. Sou grata pelo seu esforço, compromisso, amizade e por me presentear com o livro *A Bela Acordada*, uma obra que foi de fundamental importância na concretização deste meu trabalho monográfico, pois foi a partir da protagonista Pérola Negra que juntas conseguimos conquistar o coração das crianças que participaram na construção das histórias afro-reluzentes, contribuindo assim, na luta antirracista para além dos muros da academia.

Gratidão a professora Maria do Socorro Moura Montenegro e ao professor José Cristóvão de Andrade que gentilmente aceitaram o nosso convite para participar da Banca e que foram parceiros importantes em vários momentos de lutas antirracistas junto ao Movimento Negro de Campina Grande dentro e fora da UEPB.

Quero agradecer, também, as professoras Dr.^a. Nelsânia Batista da Silva e Dr.^a. Maria Lúcia Serafim, por terem feito parte da minha formação intelectual e humanística.

Ao historiador Prof^o Dr^o Luciano Mendonça de Lima, por sua inestimável contribuição para educação das relações étnico raciais em Campina Grande, e pelo debate sobre a obra da grande escritora Dr.^a. Carolina de Jesus, valorizando assim, a produção literária do povo negro.

Ao militante do Movimento Negro de Campina Grande e Historiador Jair Silva Ferreira pela sugestão da leitura de textos, livros e documentos que foram fundamentais na construção deste trabalho acadêmico e por me levar a conhecer importantes nomes da militância negra brasileira como a escritora Inaldete Pinheiro de Andrade, a professora da UNILAB Zelinda dos Santos Barros, João Jorge Santos Rodrigues do Grupo Cultural Olodum, o cantor Chico César, Historiador e escritor Carlos Eduardo Dias Machado, dentre outros que foram essenciais para o fortalecimento da minha prática pedagógica antirracista.

Ao meu pai Sebastião, às minhas duas irmãs Ana Paula e Ana Carla, aos meus irmãos Arlan e Darlan e minhas amadas sobrinhas Ana Carolina e Ana Clara.

A todas as mulheres negras que de forma incansável estão na luta cotidiana pela construção de uma sociedade democrática, justa socialmente e livre do racismo estrutural: Dona Edite do Coco, Leonilda Coelho Tenório dos Santos, conhecida como Paquinha do Quilombo do Grilo, Maria do Socorro Pimentel, Vilma Reis, Nilma Lino Gomes, Raimunda Luzia de Brito, Ana Célia da Silva, bem como as mulheres indígenas Waldelice Veron do povo Guarani Kaiowá, Shirley Krenak, Célia Xakriabá, Chirley Pankará e Sônia Guajajara e tantas outras que

estão lutando pela demarcação de suas terras e contra o famigerado Marco Temporal numa conjuntura tão difícil como essa marcada pelo fascismo e negacionismo.

À minha amiga especial Antônia Maria de Andrade que Deus permitiu fazer parte da minha vida.

À minha colega de Curso Riselda Aragão, agradeço pelo afeto e carinho. Sua amizade tornou-se importante na minha passagem pela UEPB em trabalhos que fizemos juntas.

Por fim, agradeço a minha ancestralidade afro-indígena que desbravou os caminhos na luta por equidade racial.

RESUMO

Podemos perceber que durante essas últimas décadas a temática da educação para as relações étnico-raciais, permanece em evidência devido às mudanças ocorridas no campo da legislação educacional do país. Sendo assim, apresentaremos uma experiência de prática escolar desenvolvida a partir utilização da literatura infanto-juvenil *A Bela Acordada* de autoria da escritora Lígia Pereira dos Santos como suporte para ação antirracista no espaço escolar e traçamos como objetivo geral para este estudo a análise e compreensão dos processos históricos, políticos e pedagógicos no que tange às conquistas dos diversos movimentos afro-brasileiros para o cumprimento da Lei 10.639/03 frente ao Estado brasileiro. O nosso trabalho classifica-se como pesquisa qualitativa, associado a investigação documental, a partir das obras das/os pesquisadoras/es Santos (2011), Lopes (2019), Silva (2011), Gomes (2012), Ferreira (2009), Rosa (2018), dentre outras/os e os documentos oficiais regidos por leis: Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB/1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (2016), Base Nacional Comum Curricular, Brasil (2018). Portanto, o presente trabalho traz como resultados no campo da literatura a construção das histórias afro-reluzentes que demonstram o cumprimento da Lei 10.639/03 na formação de uma educação pluricultural, inclusiva e promotora da igualdade étnico-racial.

Palavras-Chave: Movimento Negro, Lei 10.639/03, Diversidade e Literatura Infanto-Juvenil.

ABSTRACT

We can see that during these last decades the theme of education for ethnic-racial relations has remained in evidence due to changes in the field of educational legislation in the country. Therefore, we outline as a general objective for this study the analysis and understanding of the historical, political and pedagogical processes regarding the achievements of the various Afro-Brazilian movements for the fulfillment of Law 10.639 / 03 in front of the Brazil. Furthermore, we will present a practical school experience developed using the children's literature "A Bela Acordada" by the writer Lígia Pereira dos Santos as support for anti-racist action in the school environment. Our work is classified as qualitative research, associated with documentary research, based on the works of researchers Santos (2011), Lopes (2019), Silva (2011), Gomes (2012), Ferreira (2009), Rosa (2018), and others. Official documents governed by laws: Law of Guidelines and Base of Education (LDB / 1996), the National Curriculum Parameters (1998), National Curriculum Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations and for the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture, the Pedagogical Project of the Pedagogy Course of the State University of Paraíba (2016), Common National Curriculum Base, Brazil (2018). Therefore, the present work brings as results in the field of literature the construction of Afro-sparkling stories that demonstrate the fulfillment of Law 10.639 / 03 in the formation of a pluricultural, inclusive education that promotes ethnic-racial equality.

Keywords: Black Movement, Law 10.639 / 03, Diversity and Children's Literature.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Encontro com as crianças	35
Figura 2 - Fotografia feita pela autora.....	38
Figura 3 - Fotografia feita pela autora.....	38
Figura 4 - Capa do Livro.....	39
Figura 5 - Contra Capa do Livro	39
Figura 6 - Reconto sobre Carolina de Jesus	39
Figura 7 - Reconto sobre Carolina de Jesus	39
Figura 8 - Reconto sobre Carolina de Jesus	39
Figura 9 - Reconto sobre Luiz Gama	39
Figura 10 - Reconto sobre Carolina de Jesus	39
Figura 11 - Reconto sobre Luiz Gama	39
Figura 12 - Reconto sobre Luiz Gama	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	11
3 MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	18
3.1 Descolonizando escolas públicas e universidades através do Seminário Agosto para a igualdade racial	24
4 LDB, PCNS E LEI 10.639/03	30
5 LEI 10.639/03 E A LITERATURA INFANTO-JUVENIL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL	34
5.1 Sementes literárias contra o racismo	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49
ANEXOS	51

1 INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro manteve-se alicerçado por décadas numa perspectiva eurocêntrica e racista, responsável por construir toda uma hierarquia epistemológica centrada na branquitude para apagar a relevância do patrimônio político, literário, filosófico, tecnológico e cultural transmitido pelas diversas gerações de africanos e afro-brasileiros. Entender como os Movimentos Sociais Negros atuaram na luta contra essa educação branco-centrada e trazer à tona o papel da militância como sujeita ativa desse processo de cobrança junto ao Estado Brasileiro pela implementação de políticas públicas para a construção de uma educação plural e antirracista, é de vital importância para sabermos os caminhos que levaram à conquista da Lei 10.639/03 no primeiro governo petista do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Neste trabalho verificou-se, portanto, como o fazer político e pedagógico das organizações negras como o Movimento Negro Unificado, Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, Movimento Negro de Campina Grande e de educadores não negros comprometidos com a causa antirracista contribuíram de forma decisiva para as mudanças e conquistas no campo para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como, apresentamos como fruto dessas lutas da militância as alterações que ocorreram na Lei Federal nº9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN).

E, dentro desse contexto, problematizou-se a relevância da utilização da literatura infanto-juvenil, como instrumento de superação do racismo, a partir da obra *A Bela Acordada*, de autoria da professora e escritora da Universidade Estadual da Paraíba Lígia Pereira dos Santos, com crianças do 5º ano do Ensino Fundamental.

O trabalho pedagógico aqui apresentado foi realizado no ano de 2021, no contexto da Pandemia da COVID19, e, nesse contexto, realizamos atividades virtuais com as crianças, a respeito da temática do racismo estrutural e se fez necessário também, o acompanhamento domiciliar das atividades das crianças, que fazem parte da turma na qual ministrou aulas, em função do período pandêmico.

Na referida turma desenvolvemos as Histórias Afro-Reluzentes, e, as crianças após nosso trabalho escolheram os pseudônimos que se fazem presentes na identificação individual de autoria. O livro coletivo artesanal se propõe a ser uma visível proposta educacional Paulo freiriana.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Do ponto de vista histórico, o sistema educacional racista e eurocêntrico adotado pelo Estado foi responsável pela produção e reprodução das desigualdades raciais através de estereótipos, estigmas e preconceitos contra a população afrodescendente, resultando na sua invisibilidade e negação da importância do legado cultural construído pela matriz africana na formação identitária do povo brasileiro. Segundo Santos (2005, p.23 Apud NASCIMENTO, 1978, p.95) “O sistema educacional [brasileiro] é usado como aparelho de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro- elementar, secundário, universitário[...]”.

Essa realidade racial injusta e excludente no campo pedagógico levou os diversos movimentos sociais afro-brasileiros e importantes intelectuais e militantes negros (as) a reivindicarem sistematicamente junto ao Estado Brasileiro mudanças estruturais em prol de uma educação antirracista, tendo como objetivo a construção de um ensino democrático e que respeitasse os conhecimentos e saberes ancestrais dos africanos e afrodescendentes. Assim sendo, foram diversas mobilizações organizadas pelos movimentos sociais negros espalhados pelo país, a exemplo do Teatro Experimental do Negro, o qual foi criado pelo intelectual, escritor, ator, dramaturgo, artista plástico e poeta Abdias do Nascimento, em 13 de outubro de 1944, na cidade do Rio de Janeiro. O TEN foi uma entidade de afirmação da cidadania da população afro-brasileira excluída das políticas públicas como os favelados, desempregados, operários, empregadas domésticas e frequentadores de terreiros das religiões de matriz africana, dentre outros.

No decorrer das ações desenvolvidas pelo TEN para enfrentar as desigualdades sociais e raciais na educação e no mercado de trabalho vamos encontrar a criação dos cursos de alfabetização que funcionaram na sede da União Nacional dos Estudantes, chegando a atender mais de 600 pessoas que tiveram suas vidas transformadas pois, “... a educação do teatro negro incorporou ao projeto: a perspectiva emancipatória do negro no seu percurso político e consciente de inserção do mercado de trabalho” (Dias, 2011, p.26). O TEN além de defender o acesso à escolarização, também buscava elevar a autoestima através de cursos de alfabetização de adultos, eventos sobre artes plásticas e da promoção de concursos de beleza que valorizavam os padrões estéticos da população negra, assim como realizava ações político-culturais com o objetivo de combater o racismo por meio das peças escritas por autores negros e que eram interpretadas por artistas afro-brasileiros como Ruth de Souza, Léa Garcia e Aguinaldo Camargo.

Assim, esse movimento teatral não separava sua atuação nos palcos dos acontecimentos político-sociais de interesse para os descendentes de africanos. Não foi por acaso que durante a realização do I Congresso do Negro Brasileiro realizado pelo TEN, em 1950, no Rio de Janeiro, apresentou como reivindicação na declaração final desse evento a necessidade do estudo das reminiscências africanas na formação social e histórica do povo brasileiro.

Infelizmente, devido ao retrocesso político e social vivenciado pelos brasileiros, durante o regime da ditadura militar, instaurada a partir de 1964, um recuo nos movimentos sociais de militância negra antirracista, principalmente devido a criação do Ato Institucional nº5, que proibiu todas as atividades políticas e “[...] no auge da ditadura militar nem no campo acadêmico houve liberdade para se pesquisar e/ou discutir a questão racial no Brasil: o tema racial passou a ser definido como questão de ‘segurança nacional’ (Santos, 2005, p.24). Apesar desse quadro sombrio de repressão, o Movimento Negro não desapareceu totalmente, pois iremos encontrar nesse período a formação de várias entidades negras, a exemplo do Grupo de Trabalho André Rebouças, criado em 1974, na Universidade Federal Fluminense por iniciativa da historiadora Maria Beatriz Nascimento, o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN). Em Salvador, temos o surgimento de Blocos afros como Ilê Aiyê em 1974 e Olodum em 1979, que devem ser vistos como lutas importantes da agência afro-brasileira nesse processo de reconhecimento das africanidades na educação.

Dando continuidade a essa luta histórica do movimento social afro-brasileiro na esfera educacional para que o Estado valorizasse o legado civilizatório africano nos currículos escolares tivemos o surgimento do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, no dia 7 de julho de 1978, em repúdio à tortura e assassinato do operário Robson Silveira da Luz por policiais do 44º Distrito Policial, de Guaianazes e a exclusão de quatro atletas negros do time de vôlei do Clube de Regatas Tietê de São Paulo. O MNUCDR que depois foi simplificado para Movimento Negro Unificado se define como:

[...] um movimento político de reivindicação sem distinção de raça, sexo, educação, crença política ou religiosa e sem fins lucrativos. Seu objetivo é a mobilização e organização da população negra brasileira em sua luta pela emancipação política, social, econômica e cultural, que tem sido obstada pelo preconceito racial e suas práticas [...] (LIMA e RIOS 2020, p. 119)

Diante desse contexto de lutas contra as problemáticas sociais que atingiam o negro não só na educação, mas em outras áreas como gênero, mercado de trabalho, sexualidade, assistência jurídica e outras levou o MNU a desenvolver como estratégia de combate às desigualdades raciais a criação de vários Centros de Luta que se espalharam pelo país promovendo palestras, debates, informações e a conscientização da população negra no tocante

à realidade da discriminação étnico racial, discriminação essa, que impedi o direito da população afrodescendente de viver com dignidade devido às múltiplas violências simbólicas e físicas exercidas pelo Estado.

Evidentemente que essa entidade antirracista tinha como prioridade combater o racismo epistêmico¹ sofrido pela população afro-brasileira no contexto educacional através de [...] uma ação educativa junto a escolas e universidades com uma pedagogia paralela à oficial, repondo os conteúdos históricos/culturais do povo negro, invisibilizados ou minimizados nos currículos. (Silva, 2011, p.132). Foi assim que o MNU passou a defender o estudo da História da África como recurso pedagógico para estimular o respeito à diversidade étnica e ajudar na elevação da autoestima do povo negro. Também podemos destacar a publicação de matérias e artigos em jornais do MNU, nos números 9, 12, 14 e 16 que cobravam das autoridades governamentais a implantação da História da África como disciplina optativa no currículo das escolas públicas de Salvador, como podemos observar através desse registro que a professora Ana Célia da Silva (2011, p.18-19) faz das lutas do MNU na década de 80.

Uma das estratégias bem sucedidas do GT de Educação do MNU-Ba constitui-se na solicitação, através de documento assinado por diversas entidades negras que defenderam nossa solicitação, da introdução nos currículos de 1º e 2º graus da rede de ensino baiano, de uma disciplina denominada *Introdução aos Estudos Africanos*. Essa reivindicação foi atendida pelo Secretário da Educação do Estado, Edvaldo Boaventura, que introduziu a disciplina em nível optativo, no ano de 1986, após um curso de especialização com duração de um ano, ministrado pelo Centro de Estudos Afro-orientais (CEAO).

Reivindicações como estas no campo da educação para as relações étnico-raciais, continuaram sendo prioridade na agenda do movimento social afro-brasileiro em defesa da democratização do ensino e valorização da nossa pluralidade cultural e étnica como podemos verificar na pauta apresentada pelas 63 entidades negras de dezesseis estados do país, durante a realização da Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, em Brasília-DF, no ano de 1986. Os integrantes da Convenção cobraram dos membros da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 mudanças estruturais no sistema educacional as quais visavam combater a discriminação racial e a veiculação de ideias racistas no livro didático, além de reivindicarem

¹ Conceito proposto inicialmente em 1995 pelo sociólogo português Boaventura de Sousa e com base no livro *Pequeno Manual Antirracista* da Djamilia Ribeiro, refere-se a desvalorização, negação ou apagamento dos saberes produzidos por africanos e afro-brasileiros na cultura ocidental sobretudo no espaço acadêmico e escolar onde predomina o eurocentrismo.

a reformulação do currículo escolar, visando inserir de forma obrigatória nos currículos escolares de 1º, 2º e 3º graus, o Ensino da História da África e do Negro no Brasil.

Vale ressaltar que nessa mesma década tivemos a fundação do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará\CEDENPA, localizado em Belém, que através da produção do seu primeiro material didático referente a temática racial na educação, a “Cartilha do CEDENPA: a luta pela liberdade”, buscou colaborar com o rompimento dos estereótipos racistas e discriminatórios que predominavam no espaço escolar eurocêntrico, defendendo a inclusão da História da África na cartilha Escola e Racismo: aspectos da questão do negro em Belém, no ano de 1997.

Percebemos, então, o quanto foi importante a construção das ideias, propostas e ações pedagógicas dos diversos movimentos negros para que o Estado reconhecesse a importância da matriz africana na nossa formação social e histórica da Nação. Citamos como exemplo a publicação da Revista *Cadernos de Pesquisa: Raça Negra e Educação* (n. 63), em 1987, periódico no qual estavam os resultados do Seminário O Negro e a Educação, promovido em 1986, pela Fundação Carlos Chagas, em parceria com o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo. Conforme a professora e ativista Solange Pereira Rocha (2013, p.305) essa revista, foi dividida em cinco partes que abordavam sobre as desigualdades raciais e a necessidade de superá-las:

[...] Diagnósticos: análise de dados e do sistema escolar (cinco artigos e sistematização do debate); Processo de socialização da criança e formação da identidade (cinco artigos e sistematização do debate); Currículo: propostas e experiências de implantação (cinco artigos e sistematização do debate); Livro Didático: análises e propostas (seis artigos e sistematização do debate) e Relato e avaliação de experiências educacionais [...]

Essa foi uma das primeiras publicações a sistematizar as reivindicações referentes as propostas de mudanças na política curricular em todas as instâncias do sistema educacional feitas pelo movimento social negro brasileiro. Ainda, nesse período, aconteceram outras mobilizações pelo enfrentamento do racismo epistêmico nas práticas educacionais, como a criação do Memorial Zumbi em 1980, o Seminário Educação e Discriminação dos Negros, realizado na cidade de Belo Horizonte, o 3º Congresso de Cultura Negra das Américas, em 1982 e o Encontro Nacional dos Militantes Negros, em 1984 na cidade de Uberaba.

Já no campo legislativo a partir do Congresso Nacional tivemos a apresentação do Projeto de Lei 1.332\1983 pelo Deputado Federal, Abdias Nascimento, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), representando o Rio de Janeiro em (1983-86). Nesse projeto o ativista propôs a execução de ações afirmativas nas áreas da educação e do trabalho. Nesse sentido,

defendia a necessidade de incluir no sistema escolar conteúdos relacionados às contribuições dos africanos e de seus descendentes à civilização brasileira. Infelizmente o projeto de lei nunca foi para votação final, mesmo tendo sido aprovado por unanimidade nas comissões da Câmara dos Deputados, tendo seu arquivamento em abril de 1989.

Também é pertinente destacar a atuação do Deputado Federal do Partido dos Trabalhadores (PT) Paulo Paim, que durante o seu primeiro mandato (1987-90), apresentou um Projeto de Lei com o objetivo de incorporar o ensino da temática racial no currículo escolar, através da inclusão obrigatória da matéria História Geral da África e do Negro no Brasil. Porém, o projeto desse parlamentar não foi aprovado.

Como estava ocorrendo pelo país várias celebrações alusivas ao Ano do Centenário da Abolição, a temática racial ficou em evidência e após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ocorreu a elaboração das constituições estaduais e leis orgânicas municipais que possibilitaram a revisão do currículo escolar, inserindo o conteúdo programático sobre a História da África e Cultura Afro-Brasileira, como podemos observar nas palavras da pesquisadora e historiadora do Movimento Negro Paraibano e professora da UFPB Solange Rocha (2013, p.317)

[...] sua inclusão nas constituições estaduais da Bahia, do Rio de Janeiro e de Alagoas, todas publicadas em 1989, assim como das leis orgânicas das seguintes capitais brasileiras: Belo Horizonte/ MG (1990), Porto Alegre/ RS (1991), Belém/PA (1994), Aracaju/SE (1995/95), São Paulo/SP (1996) e Teresina/PI (1998).

Ademais, no ano das celebrações do Tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, em 1995, surgiram outros projetos de lei na busca pelo reconhecimento histórico, social e educacional dos descendentes de africanos e afro-brasileiros. Nesse contexto, vale frisar a atuação parlamentar da Senadora Benedita da Silva (1995-98), do Rio de Janeiro, que propôs o Projeto de Lei (nº144/1995) para inclusão da disciplina História e Cultura da África nos currículos, mas foi arquivado porque a maioria dos senadores votou pela não aprovação do projeto.

No estado de Pernambuco, em 1993, o Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores, Humberto Costa, apresentou à Assembleia Legislativa a proposta de inclusão no currículo oficial da rede estadual a disciplina História e Cultura Afro-brasileira, mas foi vetado e no parecer de justificativa alegou-se que era um projeto de lei contraditório aos princípios da Constituição do estado de Pernambuco. O mesmo projeto (PL nº859/95) foi reapresentado na Câmara dos Deputados quando ele foi eleito Deputado Federal (1995-98), chegando a ser aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, após dois anos e até

foi publicado no Diário do Senado, em abril de 1997. No entanto, não conseguiu ser aprovado nas demais instâncias do Congresso.

Outro capítulo muito importante dessa luta para superar as desigualdades raciais na educação ocorreu em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995, por meio da realização da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, na qual participaram por volta de 30 mil pessoas, com delegações de vários estados da federação. Foi a primeira vez na história da nação que um Governo Federal reconheceu que o Estado brasileiro era racista e precisava desenvolver políticas públicas de combate e superação das desigualdades raciais em todas as esferas governamentais.

Após uma Sessão Solene que aconteceu no Congresso, com diversas lideranças dos movimentos sociais negros como Sueli Carneiro, Ivanir dos Santos, Benedita da Silva, Hélio Santos e Edson Cardoso. Os integrantes dessa marcha foram recebidos em audiência pelo então presidente, Fernando Henrique Cardoso que recebeu um documento, intitulado de Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial.

Este documento reivindicava a revisão e monitoramento dos livros didáticos devido às representações pejorativas e estereotipadas veiculados sobre a população negra, o desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros a cursos profissionalizantes, à universidade e as áreas de tecnologia de ponta, além do combate à evasão e repetência escolar entre as crianças e jovens afrodescendentes, pois segundo os organizadores da marcha esses problemas aconteciam devido a presença do racismo no espaço escolar.

Veremos que parte das demandas solicitadas pelos ativistas da marcha foram atendidas pelo governo a partir da criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra, que contou com a participação de representantes dos movimentos negros como Zélia Amador de Deus, fundadora do Centro de Defesa do Negro do Pará-CEDENPA, o professor Hélio Santos, João Jorge Santos Rodrigues representando o Grupo Cultural Olodum e Antônio Carlos dos Santos, atual presidente do Bloco Afro Ilê Aiyê, entre outros.

Esse grupo de trabalho, portanto, tinha como objetivo combater o racismo institucional através do desenvolvimento de políticas públicas de promoção da igualdade racial. No entanto, devido às dificuldades financeiras e por conta da resistência de setores conservadores do governo de Fernando Henrique Cardoso, a exemplo do Ministério da Educação que era contra as cotas raciais, algumas ações ficaram apenas no papel. Apesar desse cenário houve a realização de vários seminários e eventos, como o seminário internacional "Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa dos Estados democráticos contemporâneos" que resultaram na publicação do livro Superando o Racismo na Escola, organizado pelo professor

da Universidade de São Paulo-USP, Kabengele Munanga, composto por onze artigos relacionados à educação para as relações étnico-raciais. A seguir, trataremos sobre as ações do Movimento Negro de Campina Grande para a educação antirracista.

3 MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Em consonância com as lutas antirracistas que aconteciam no cenário nacional por conta do advento do Centenário da Abolição da Escravatura, ocorrido no ano de 1988. O Movimento Negro de Campina Grande, fundado no dia 8 de novembro, em 1986, a partir da realização do 1º Encontro Afro-Brasileiro Campinense que aconteceu no Museu Histórico da cidade, organizou em parceria com a Comissão Campinense do Centenário da Abolição² um ciclo de debates sobre o negro no dia 21 de março, Dia Internacional de Luta Para a Eliminação da Discriminação Racial. Segundo a historiadora Mônica dos Santos Ribeiro³, aconteceu nesse evento a conferência História da África Contemporânea, proferida pelo senhor José Flávio Sombra Saraiva.

Durante esse período a comissão elaborou uma cartilha que foi distribuída em escolas da cidade na qual apresentava uma série de objetivos como desmistificar o 13 de Maio, divulgar o 20 de Novembro como data magna da negritude e comprovar a participação do negro nos aspectos políticos, culturais, artísticos e educacionais, além da defesa de mudanças no currículo escolar ao apresentar como uma de suas metas pedagógicas pesquisar a contribuição do negro no processo histórico brasileiro e, em particular, em Campina Grande e resgatar na memória da comunidade os heróis negros marginalizados pela ideologia dominante.

Embora nunca tenha conseguido uma sede própria, o MNCG manteve-se atuante na luta contra o racismo sistêmico e pela valorização da História da África, do povo negro e Cultura Afro-Brasileira no campo da educação para as relações étnico-raciais. Podemos citar algumas experiências epistemológicas do ativismo afro-campinense que certamente confirmam o pioneirismo e protagonismo da militância antirracista para a efetivação da Lei 10.639/03 no contexto das escolas da educação básica, universidades públicas e privadas, a exemplo da organização do I Seminário Municipal de Combate ao Racismo na Educação, realizado no mês

²De acordo com a Cartilha Centenário da Abolição 100 anos Liberdade Fictícia as doze entidades que compunham a comissão foram: Movimento Negro de Campina Grande (MNCG), Grupo Afro-Brasileiro Campinense, Memorial Zumbi, Grupo de Cultura Folclórica Acauã da Serra, Grupo de Capoeira Abadauê dos Palmares, Grupo de Capoeira São Braz- Consciência Negra dos Palmares, Associação Campinense de Poetas e Escritores, Associação de Teatro Amador de Campina Grande, Diocese de Campina Grande, Secretaria de Educação e Cultura de Campina Grande, Centro Acadêmico de História /UFPB-Campus II e Sociedade de Amigos de Bairro do São José.

³ Para mais informações recomendamos consultar a monografia da Historiadora mencionada Resistência e Negritude em Campina Grande: O Movimento Negro no Centenário da Abolição na Biblioteca virtual da UEPB.

de maio, ano de 2006, no Teatro Municipal Severino Cabral em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

Acreditamos que foi a primeira vez que o poder público municipal conseguiu envolver a sociedade civil na discussão sobre o cumprimento da Lei 10.639/03, apesar de não ter feito nenhum esforço político para integrar os professores e gestores escolares, pois percebemos um grande esvaziamento em matéria de participação de educadores/as e gestores/as escolares da Rede Municipal. Ao observarmos o folder do evento que durou 3 dias no campo da diversidade e inclusão étnica vimos que foram debatidas relevantes temáticas, tais como: Combatendo o Racismo na Educação que foi realizada pelo professor e historiador da Universidade Federal de Campina Grande, Luciano Mendonça de Lima; Educando pela Diversidade Afro-Brasileira e Africana, ministrada pelo educador Jorge Arruda e Os Africanos na Construção da Sociedade Brasileira, que teve a professora da UFPB e historiadora Solange Rocha da Organização de Mulheres Negras na Paraíba- Bamidelê e do professor e pesquisador das africanidades Josemir Camilo. De acordo com a organização desse evento encontramos os seguintes objetivos:

[...] integrar os diversos grupos que trabalham com a cultura negra paraibana e envolver a sociedade numa discussão de temas que contribuam para superar todas as formas de intolerância e de discriminação, considerando a diversidade étnica como um elemento na concepção de uma Escola Viva e Inclusiva.

Nesse mesmo ano, o MNCG, em parceria com a Prefeitura Municipal de Campina Grande, a Pastoral Negra de João Pessoa, juntamente com apoio cultural de vários grupos e associações de capoeira realizaram no dia 25 de julho, uma programação para refletir o Dia Internacional da Mulher Negra, Latina e Caribenha no Teatro Municipal Severino Cabral através do lançamento da coleção de livros A África Está Em Nós. Essa atividade foi mais uma iniciativa do Movimento Negro na luta pela descolonização do sistema escolar na perspectiva da Lei Federal 10.639/03, embora saibamos que mais uma vez os professores/as e gestores/as escolares da Rede Municipal não foram mobilizados para esse momento como era de se esperar, tendo em vista que são esses trabalhadores/as em educação os responsáveis pela efetivação dessa lei no cotidiano das escolas e creches.

A persistência do racismo institucional e do forte eurocentrismo presentes nas práticas educativas e na mentalidade de muitos gestores públicos no Brasil, ao nosso ver, tem dificultado a implementação da Lei 10.639\03 no currículo escolar. Nesse sentido, a Rede Municipal de Ensino de nossa cidade não foge dessa realidade, visto que a Prefeitura na gestão do ex-Prefeito Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto não quis realizar outras edições do Seminário Municipal de Combate ao Racismo na Educação, apesar das reivindicações apresentadas pela

militância do MNCG nas audiências realizadas com o ex-Secretário de Educação Flávio Romero Guimarães.

Vale ressaltar que o ano de 2006 foi um período muito dinâmico nas lutas antirracistas e pela implementação da História da África e Cultura Afro-Brasileira no currículo das escolas, pois no Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro, aconteceu a realização da I Jornada Pelo Cumprimento da Lei 10.639/03⁴, na Universidade Federal de Campina Grande, Escola Cidadã Integral Técnica Doutor Elpídio de Almeida (Estadual da Prata), e no Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba-CEDUC. A palestra de abertura girou em torno da Lei 10.639/03, projeto político-pedagógico e o papel da Universidade e foi proferida pela professora Solange Pereira Rocha e o professor Antônio Berto Machado da Universidade Federal de Campina Grande.

Como resultado dessa jornada verificamos que o professor Luciano Mendonça de Lima da Unidade Acadêmica de História da UFCG que foi um dos organizadores, redigiu um documento intitulado de Carta Aberta à População: Pelo Cumprimento da Lei 10.639-História e cultura afro-brasileira e africana. Nessa carta recomendava-se que as universidades deveriam atualizar o currículo dos cursos de licenciatura e de pós-graduação de modo a contribuir com o processo de re-qualificação dos docentes que estavam atuando em sala de aula, cobrava dos governos a criação de condições materiais e políticas para que os professores/as e demais agentes da escola pública pudessem trabalhar com dignidade. Conclamando a população a lutar contra o sistema educacional eurocêntrico e excludente.

Quanto à sociedade brasileira, cabe a importante tarefa de participar do debate, acompanhar e cobrar cotidianamente das autoridades responsáveis, pois os efeitos positivos da lei não dizem respeito apenas aos segmentos negros da nossa população e sim a todo povo brasileiro, incluindo a atual e as próximas gerações. (Carta Aberta, 2006)

Não temos a pretensão de narrar todos os fatos e acontecimentos que marcam a trajetória de lutas do MNCG nesse campo para a educação das relações étnico-raciais, até porque, seria impossível resumir mais de 34 anos de resistência negra para a construção de um sistema educacional democrático, mais inclusivo e livre do racismo no espaço de um trabalho monográfico. Pois, contribuiu com reflexões pedagógicas no II Seminário Nacional de Estudos de História e Cultura Afro-Brasileiras, um evento realizado pelo NEABÍ da UEPB, no mês da

⁴ Entidades que fizeram parte da realização: Movimento Negro de Campina Grande, SINTEP, ANPUH-PB, SINTENP, SINTAB, ADUEPB, CAs de História e Pedagogia da UEPB, DCE- UEPB e UFCG e a UCPB.

Consciência Negra, em 2008, através dos professores e militantes Jair Silva Ferreira ⁵ e Moisés Alves da Silva que fizeram parte da mesa-redonda: Movimentos de Resistência Pela Afirmação da Cidadania Étnica e Cultural de Negros e Negras.

Nesse Seminário gostaríamos de registrar a importante problematização no campo dos estudos interseccionais sobre Gênero, Raça e Educação no qual a professora do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da UEPB- CEDUC, e feminista Lígia Pereira dos Santos esteve engajada no fortalecimento da luta contra o racismo estrutural⁶. Essa luta por igualdade de gênero e combate ao racismo epistêmico voltou a fazer parte de seu trabalho pedagógico no ano de 2019, pois essa pesquisadora realizou mais uma edição da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher com seus alunos e alunas dos cursos de Pedagogia, Letras, Sociologia, Biologia, História, Ciências Contábeis e Administração, no Dia

⁵ Iniciou sua militância aos 19 anos de idade quando conheceu integrantes do MNCG durante um debate sobre racismo que ocorreu no auditório do Colégio Estadual da Prata, em 1991. Desde, então, tem organizado passeatas, debates, seminários, jornadas pedagógicas em defesa da igualdade racial, pelo cumprimento da Lei 11.645/08 da LDB e combate ao genocídio da juventude negra em escolas públicas e particulares, universidades, teatros, Sociedade de Amigos de Bairros, para grupos e associações de capoeira e comunidades quilombolas paraibanas como Caiana dos Crioulos no município de Alagoa Grande, Matão em Gurinhém, Santa Rosa na cidade de Boa Vista, Matias em Serra Redonda, Grilo no município de Riachão do Bacamarte e Pedra D'Água na cidade de Ingá. Nos anos 90 escreveu vários artigos para denunciar as desigualdades raciais no município de Campina Grande para os jornais da Paraíba e Borborema. Atualmente, tem divulgado suas lutas antirracistas em blogs e sites de entidades do Movimento Negro Brasileiro, a exemplo do Geledés- Instituto da Mulher Negra de São Paulo, Correio Nagô e Tambores da Liberdade de Salvador-BA e na Biblioteca Comunitária do Tambor de Campina Grande, etc. Sua atuação em defesa da equidade racial vai além das fronteiras campinenses, visto que este integrante do MNCG realizou palestras referentes à educação para as relações étnico-raciais e etnicidade africana no Estado de Alagoas e Salvador na Bahia. Na Paraíba participou de ações de formação continuada sobre a Lei 10.639/03 para as Prefeituras de Cabaceiras, Esperança, Juarez Távora, Conceição do Piancó, Puxinanã, Cuité, Remígio e Monteiro. Foi integrante do Conselho Municipal de Educação no município de Campina Grande, Conselheiro titular do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Paraíba e quando militou no Movimento Estudantil ao fazer parte da Coordenação de Cultura do Centro Acadêmico de História Eduardo Galeano e do Diretório Central dos Estudantes da UEPB, marcou sua trajetória como pioneiro, precursor e verdadeiro protagonista das lutas contra o racismo epistêmico na Universidade Estadual da Paraíba ao organizar a I e II Semana da Consciência Negra no Centro de Educação-CEDUC em 2002 e 2003, trazendo para essa comunidade acadêmica os primeiros debates e palestras sobre a História da África, Cultura Afro-Brasileira e políticas de ação afirmativa. Ademais, realizou várias palestras sobre cotas para negros e as desigualdades raciais nos cursos de Educação Física, Psicologia, Comunicação Social e Serviço Social. Recentemente este professor entregou para a Reitoria dessa instituição de ensino superior um abaixo-assinado com 631 assinaturas e um Manifesto em defesa das cotas raciais e sociais para grupos historicamente marginalizados e discriminados como negros, quilombolas, indígenas e ciganos em 2020 e que contou com o apoio do SINASEFE\Sindicato dos Servidores da Educação Básica Profissional e Tecnológica e de importantes entidades do Movimento Negro Nacional na divulgação, tais como: Uneafro, Associação de Pesquisadores/as Negros/as-ABPN, Revista Afirmativa, Negro é Lindo, Alma Preta, Rede de Professores Antirracistas e Coalizão Negra Por Direitos.

⁶ Conforme o advogado e filósofo Silvio Almeida o racismo estrutural constitui-se como um sistema de opressão racial que perpassa por todas as estruturas da sociedade como economia, política, religião, educação e nas relações interpessoais. Podemos citar como exemplo da violência praticada pelas forças repressivas do Estado brasileiro contra a população negra, pois de cada 4 brasileiros mortos pela polícia, 3 são negros, bem como a ausência de negros e negras nos cargos de poder em todas as esferas governamentais. E os altos índices de letalidade de jovens negros numa sociedade em que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado na sociedade brasileira.

Nacional da Consciência Negra no espaço de convivência da Central de Integração Acadêmica-CIAC, no Campus I, por meio da exposição de 21 pôsteres relatando as memórias, lutas antirracistas e biografias de personalidades femininas negras nas áreas da cultura, arte, política e literatura como a Mestre da cultura popular Edite do Coco da Comunidade Quilombola Caiana dos Crioulos, a Deputada Federal Benedita da Silva, ex-Vereadora Marielle Franco, a escritora Carolina Maria de Jesus e ativista da luta pelos direitos civis nos EUA Rosa Parks, etc. Sobre essa exposição disse sua coordenadora, através do site da UEPB “essa exposição acontece para sensibilizar as pessoas a incentivar que elas se insiram no debate sobre a consciência social a partir das questões do povo negro”.

Para além de sua atuação antirracista escolas, universidades, comunidades quilombolas e meios de comunicação percebemos que esse movimento social negro, tem atuado junto aos sindicatos para ampliar essa luta por igualdade racial. Destacamos aqui a parceria com a Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba-ADUEPB na programação do IX Seminário Agosto Para a Igualdade Racial, em 2020, quando se debateu a ausência de cotas raciais na UEPB, genocídio do povo negro e o racismo estrutural com as professoras Zelinda dos Santos Barros da UNILAB, Nilma Lino Gomes da UFMG e professor Silvio Humberto da UEFS. Outra que merece ser registrada envolveu o Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Agreste da Borborema-SINTAB, objetivando a realização da I Jornada de Educação Afro-Brasileira e Indígena, no dia 16 de novembro, de 2011, no Teatro do SESC Centro e Mini-Teatro Paulo Pontes do Teatro Municipal Severino Cabral.

Ao consultarmos o panfleto produzido para divulgação desse evento junto à sociedade civil, encontramos a incorporação da luta em prol do Ensino da História e Cultura dos Povos Indígenas, pois antes desse período, a militância pautava as suas ações pedagógicas somente em torno das africanidades. Os organizadores do evento denunciaram na época a falta de “[...] capacitação pedagógica para os trabalhadores e trabalhadoras em educação face aos desafios educacionais oriundos da Lei 11.645/08 [...], pois essa lei era aplicada em momentos pontuais ou através do esforço individual de alguns docentes e não como uma política pública estruturante do currículo escolar. Ademais, criticava a falta de conhecimento de muitos gestores/as escolares no tocante ao que determinava as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, assim como chamava atenção para a não formulação e adaptação dessas diretrizes ao contexto histórico e educacional no município de Campina Grande.

Outra importante conquista pedagógica para as cidades de Campina Grande e João Pessoa que foi a implantação do Projeto Conhecendo Nossa História: da África ao Brasil⁷ em 2017, objetivando o cumprimento do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996). Esse projeto foi divulgado através de uma reportagem veiculada pela TV Paraíba, mostrando que houve uma reunião técnica, no dia 25 de maio, com representantes da Secretaria Municipal de Cultura, com o responsável pela vinda do projeto o professor Jair Silva Ferreira e as integrantes da Fundação Cultural Palmares Carolina Santos Petitinga e Conceição de Maria E. Barbosa.

Essa fundação criada no ano de 1988, no governo do ex- Presidente José Sarney, a partir das lutas dos diversos movimentos negros para valorizar a cultura afro-brasileira e combater o racismo institucional não atende mais a sua função de promover a igualdade racial, visto que com a chegada do governo fascista, negacionista e de extrema direita do Jair Messias Bolsonaro ela foi entregue para ser administrada pelo senhor Sérgio Camargo, que tem se apresentado na mídia nacional como “o terror dos afro-mimizados e da negrada vitimista”, e também tem feito constantes declarações públicas atacando as religiões de matriz africana e insultando o Movimento Negro Brasileiro de “escória maldita”. Recentemente ele determinou a retirada dos nomes de importantes personalidades negras do site desse órgão público a exemplo de Conceição Evaristo, Elza Soares, Martinho da Vila e Gilberto Gil, etc.

Embora não tenha acontecido o lançamento oficial do projeto em nossa cidade, essa luta do MNCG para podermos avançar na superação das desigualdades raciais na educação resultou na capacitação de 40 docentes da Rede Municipal de Ensino e distribuição de materiais didáticos e paradidáticos, contemplando 24 escolas com a distribuição de 1.150 livros e 2.240 revistas voltados para a disseminação da história do negro e cultura afro-brasileira. Lendo os objetivos do projeto no site da Fundação Cultural Palmares percebemos claramente o seu compromisso com a valorização de uma educação inclusiva, plural e antirracista:

[...] conhecer, entender e trabalhar em sala de aula a História e a Cultura Afro-brasileira e Africana e, fornecer aos/as professores/as da educação básica, ferramentas que lhes possibilitem identificar e corrigir estereótipos e conceitos equivocados nos materiais didáticos e paradidáticos e nas práticas pedagógicas que reforçam desigualdades.

⁷ Para mais informações sobre o Projeto da Fundação Cultural Palmares aplicado em Campina Grande recomendamos pesquisar no site <https://globoplay.globo.com/v/5895261/?s=0s>

O MNCG percebeu que não bastava tencionar essa discussão apenas junto ao poder público municipal, o qual ainda não universalizou o que determina a Lei 11.645/08 da LDB. Isso levou à militância a denunciar o descumprimento dessa Lei no Ministério Público do Estado da Paraíba e que resultou na abertura de um Inquérito Civil Público, bem como na realização de uma audiência na Promotoria de Justiça dos Direitos da Educação.

Tivemos acesso ao Termo de Audiência no qual ficou decidido que o Órgão Ministerial iria realizar através de sua Gerência Técnica a fiscalização da aplicabilidade da Lei Federal 11.645/08 nos sistemas públicos e privados de ensino, incluindo as universidades públicas e particulares. Também ficou determinado que o MP iria requisitar às Secretarias de Educação dos Municípios e do Estado a adequação dos currículos escolares no tocante ao Ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Indígena, bem como, as Universidades públicas e privadas.

Certamente esses encaminhamentos tiveram impactos na política curricular do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, uma vez que o Projeto Pedagógico desse curso sofreu mudanças com a criação de novos componentes que fazem parte da base formativa do corpo discente como Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Social proposto pela professora Lígia Pereira dos Santos, por defender a relevância dessa discussão no processo de formação dos educadores/as, Culturas Afro-Brasileira e Indígena, que são obrigatórias, Educação e Etnicidade Africana, Educação e Etnicidade Indígena, Educação e Etnicidade Afro-Brasileira, aparecem como eletivas. O próprio conteúdo desse projeto legitima as determinações do Ministério Público quando diz que:

A história e a cultura dos povos indígenas e africanos foram sendo perdidas com o processo de aculturação, miscigenação e sincretismo, relacionado à colonização e formação da sociedade brasileira. Com a finalidade de evitar a extinção dessas culturas e valorizá-las, a UEPB incentiva e fomenta a produção de material didático e vídeo aulas para consubstanciar um componente curricular de dimensão Livre, acessível aos estudantes de todos os cursos, buscando, ao mesmo tempo, estabelecer com este articulação com atividades de extensão e cultura, envolvendo a arte, a dança, a música, ritos e outros aspectos dessas culturas. (2016, p. 22)

3.1 Descolonizando escolas públicas e universidades através do Seminário Agosto para a igualdade racial

O Movimento Negro Campinense tem se destacado na história da militância antirracista no estado da Paraíba ao longo de mais de 34 anos de lutas por igualdade racial e desconstrução das perversidades do racismo estrutural, através da atuação pedagógica em escolas,

comunidades quilombolas e universidades públicas no tocante à efetivação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no currículo educacional.

Dentre as diversas iniciativas epistemológicas de combate às desigualdades raciais pensadas pelo MNCG, encontramos o Seminário Agosto Para a Igualdade Racial, idealizado em 2012, pelo militante e Historiador Jair Silva Ferreira, com o objetivo político e educacional de reivindicar a institucionalização dessas leis da LDB acima mencionadas. Apesar de todas as barreiras impostas pelo racismo institucional e sistêmico, esse seminário enquanto experiência pedagógica bem sucedida no campo da educação das relações étnico-raciais faz a diferença ao longo dos seus 10 anos de trajetória para a disseminação, valorização e reconhecimento da importância da História da África, Cultura Afro-Brasileira e Indígena dentro e fora da Paraíba. Assim, concordamos com a afirmação de Nilma Lino Gomes (2012, p.23) ao dizer que:

“O Movimento Negro é protagonista central que conseguiu dar maior visibilidade ao racismo e sua dinâmica de apagamento no conjunto da sociedade [...] Colaboram, para o reconhecimento dessa problemática social e para a construção de uma política para a diversidade e para a educação das relações étnico-raciais na escola [...]”

A história do Seminário começa em 2012, no Mini-Teatro Paulo Pontes, do Teatro Municipal Severino Cabral, tendo como tema central Genocídio da Juventude Negra e Lei 11.645/08. Qual o Papel da Educação e dos Educadores (as)? Para denunciar esse genocídio, foi realizada uma passeata pelo centro da cidade com quilombolas do Grupo de Ciranda Margarida Maria Alves de Alagoa Grande-PB, ativistas, capoeiristas da Escola Mukambu de Capoeira Angola Paraíba. Além do mais, nessa edição tivemos como palestrantes o ex-Ministro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPPIR, Eloi Ferreira, que na época era Presidente da Fundação Cultural Palmares e a professora Maria das Graças Andrade Leal representando a Universidade do Estado da Bahia-UNEB. Vale destacar a palestra Métodos e Técnicas Para o Ensino de História da África, Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Educação, proferida nesse evento pela professora Juciene Ricarte da Universidade Federal de Campina Grande e do professor Élio Chaves Flores, integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal da Paraíba/NEABÍ.

De acordo com o professor Jair Silva Ferreira, que serviu como um verdadeiro arquivo vivo para a realização desse trabalho, pois fizemos entrevista com o docente para enriquecer essa pesquisa. A segunda edição teve como tema: 215 Anos da Revolta dos Búzios-Homenagem ao Poeta Arnaldo Xavier, a partir de uma proposta do Presidente do Grupo Cultural Olodum João Jorge Santos Rodrigues que se fez presente no seminário, palestrando sobre a Revolta dos Búzios no Mini Teatro Paulo Pontes, do Teatro Municipal Severino Cabral.

Ademais, tivemos uma homenagem para o poeta Arnaldo França Xavier com o escritor e cordelista Silas Silva da Paraíba através da construção do Cordel Akilombado e a palestra do professor José Mário da UFCG-Universidade Federal de Campina Grande.

Para refletir a primeira década de vigência da Lei Federal que alterou a LDB em 2003, aconteceu ainda um debate com o título 10 Anos da Lei 10.639/03: Desafios e Perspectivas Para a Implantação dos Conteúdos Afro-Brasileiros no Currículo Escolar, com a professora da UFRB Martha Rosa e palestra sobre Gestão Pública e Políticas Afirmativas proferida pela psicóloga e histórica ativista do Movimento Negro Paraibano Maria do Socorro Pimentel e contou também com a presença da educadora do Ilê Aiyê Ana Célia da Silva para fazer o relançamento do seu livro A Representação Social do Negro no Livro Didático: O que mudou? Por que mudou?

O III agosto para Igualdade Racial, trouxe para discussão o tema Pelo Fim do Genocídio da Juventude Negra no Centenário de Abdias Nascimento, no Mini-Teatro Paulo Pontes. Nesse momento a cidade de Campina Grande celebrava o seu Sesquicentenário e o MNCG aproveitou esse cenário para convocar a sociedade para reagir contra a violência que vem tirando a vida dos jovens negros, promovendo palestra com os historiadores Williams Lima Cabral e José Pereira Júnior, para debater sobre o tema Campina Grande: 150 Anos de Racismo, Exclusão e Discriminação Contra a Raça Negra. Além dessa palestra, tivemos a presença de Elisa Larkin Nascimento, atual Diretora do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros-RJ(IPEAFRO), que esteve no evento para discutir o tema: Abdias Nascimento, Pan Africanismo e suas Lutas Antirracistas pelo Mundo.

Diante do exposto, compreendemos que esse evento pedagógico se manteve de forma insurgente para debater com a sociedade civil e poderes públicos sobre a relevância epistemológica dos africanos e afro-brasileiros no processo de formação social e histórico da população paraibana. Foi assim que em 2015 o MNCG resolveu homenagear a escritora Carolina Maria de Jesus nessa edição que teve como tema Africanizando as Escolas Públicas através da Lei 10.639/03 com palestras em diversas escolas de Campina Grande, tais como: Escola Cidadã Integral Técnica Doutor Elpídio de Almeida (Estadual da Prata), Escola Cidadã Integral Nenzinha Cunha Lima, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Anésio Leão e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Major Veneziano Vital do Rêgo.

Como a historiografia oficial, eurocêntrica e racista tem ocultado e invisibilizado a importância dos afrodescendentes na ciência, tecnologia, cultura, arte, literatura no processo educacional dos nossos/as educandos/as e educadores/as. O Agosto Negro de 2016 parou para

homenagear o poeta, dramaturgo, escritor e cineasta Solano Trindade na Universidade Estadual da Paraíba, por meio de uma mesa- redonda com as presenças da artista plástica e escritora Raquel Trindade, do cantor e poeta Zinho Trindade, do professor e militante do Movimento Negro de Pernambuco Severino Lepê e como coordenador dessa mesa o professor Nazito Pereira da Costa Júnior. Também promoveu nesse mesmo ano no Centro de Extensão José Farias da Nóbrega da Universidade Federal de Campina Grande o debate sobre a Literatura Infanto-juvenil na Escola: o que diz e o que se faz com a Lei 10.639/03? realizado pela professora Maria do Socorro Moura Montenegro do Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba, assim como realizou outra atividade na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Senador Argemiro de Figueiredo- Polivalente, abordando a Ciência e Tecnologia na História da África através de uma palestra feita pelo historiador Jair Silva Ferreira.

No ano de 2017, o Seminário agosto Para Igualdade Racial, trouxe para a reflexão da sociedade o racismo institucional e os altos índices de letalidade de jovens negros no Brasil, denunciando a cidade de Campina Grande como o vigésimo sexto município onde se mata mais jovens negros no país. Desse modo tem buscado romper com o silêncio da sociedade e omissão do poder público em torno da violência racial e do genocídio do povo negro para que assassinatos como do músico Evaldo dos Santos Rosas no Rio de Janeiro, que teve seu carro que conduzia a família alvejado por 83 tiros numa ação do Exército não fique nas estatísticas oficiais ou na impunidade como o caso brutal de Miguel Otávio Santana da Silva, em Recife, que morreu aos 5 anos de idade, ao cair do 9º andar do prédio onde sua mãe trabalhava como empregada doméstica, devido à negligência da senhora Sarí Corte Real que o abandonou sozinho no elevador. Diante desse contexto, o movimento negro campinense, mostra-se comprometido politicamente em lutar pelo direito à vida do nosso povo negro, como podemos observar nas seguintes palavras retiradas do folder desse evento:

[...] instaurar uma cultura de paz, alertando a sociedade para acabar com esse genocídio vergonhoso, tendo em vista que moralmente não podemos conviver com uma sociedade em que a cada 23 minutos um jovem negro é brutalmente assassinado [...] o poder público, em todas as suas instâncias [...] precisa construir políticas públicas que possam empoderar a juventude negra, dando-lhe mais oportunidade de emprego, educação de qualidade, acesso ao lazer, esporte, arte e cultura, para que possamos viver numa sociedade livre das desigualdades raciais.

Por isso, em 2017, ressaltou a importância das cotas raciais como ferramenta de transformação social da realidade da população negra para combater esse genocídio racial

através de palestra proferida pela Mestra em Antropologia Gracielle da Costa Silva na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ademar Veloso da Silveira e do debate promovido pelo professor da UEPB e sociólogo José Cristóvão de Andrade sobre empoderamento da juventude negra através da arte e cultura, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Anésio Leão. Além disso, houve na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Major Veneziano Vital do Rêgo o diálogo sobre a arte da capoeira na formação dos estudantes com o Historiador Marcos Antônio Batista (Mestre Sabiá) da Associação Cultural de Capoeira Badauê e a oferta de palestra sobre como desconstruir os preconceitos raciais no campo da literatura infanto-juvenil, a qual foi realizada pela professora Maria do Socorro Moura Montenegro do Curso de Pedagogia da UEPB na Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

Em 2018, o Agosto Para a Igualdade Racial, teve uma forte atuação contra o racismo institucional na UEPB. Pois, neste ano promoveu na Central de Integração Acadêmica-CIAC o minicurso Métodos e Técnicas Pedagógicas de Valorização da História da África e Cultura Afro-Brasileira no Currículo Escolar, com a professora Eliane Fátima Boa Morte. Houve uma mesa redonda no Auditório da Faculdade de Psicologia sobre Cotas Para Negros e Índios na Graduação e Pós-Graduação na Universidade Estadual da Paraíba, envolvendo o ex-Reitor Antônio Guedes Rangel Júnior e o professor Nelson Aleixo da Silva Júnior do Departamento de Psicologia. E, na Escola Cidadã Integral Félix Araújo, ocorreu a palestra sobre O Ensino de Filosofia Africana e Lei 10.639/03 Para Descolonizar o Saber Filosófico Eurocentrista, proferida pelo educador da Rede Estadual de Ensino e Mestre em Filosofia pela UFPB Nazito Pereira da Costa Júnior.

Como fruto de parcerias construídas no campo pedagógico é de suma importância destacarmos a vinda para o nosso município dos Cadernos de Educação do Ilê Aiyê e as cartilhas do Olodum como conquistas intelectuais para o fortalecimento da educação antirracista e descolonização do currículo escolar, pois são materiais que estão servindo de suporte pedagógico nas mãos de muitos educadores/as, educandos/as e ativistas do movimento afro-brasileiro. Ao longo desses 10 anos de história tem defendido não apenas a promoção dos direitos humanos da população afro-campinense, visto que na edição de 2021 abordou sobre a resistência afro-indígena para uma educação antirracista e contou com apoio imprescindível de educadores/as e militantes importantes da literatura e cultura dos povos indígenas, a exemplo do escritor Edson Kayapó, Siba do povo Puri, Naiara da Costa Nascimento Ummen do povo Potiguara da Paraíba, Aline Kayapó, Daniel Munduruku e Valdelice Verón da etnia Guarani-Kaiowá.

Portanto, o Agosto Negro pode ser considerado como um espaço educativo de promoção da igualdade racial que já ultrapassou as fronteiras do Estado da Paraíba no combate ao epistemicídio contra a população afro-indígena, tendo em vista que na sua décima edição que aconteceu de forma virtual pelo canal da Rede de Professores Antirracistas do Rio de Janeiro reforçou junto ao público que é no cotidiano escolar que precisamos atuar para desconstruir as desigualdades étnicas na busca de uma sociedade justa, democrática e com equidade racial, através do cumprimento da Lei 11.645/08. No tópico seguinte, abordaremos as mudanças ocorridas na legislação educacional do Brasil para que o ensino de História da África e dos Afro-Brasileiros chegasse aos currículos das escolas.

4 LDB, PCNs e Lei 10.639/03

Após uma jornada tensa e intensa de várias lutas empreendidas, pelos movimentos sociais afro-brasileiros e aliados não negros comprometidos historicamente com a construção de uma educação antirracista, para que o Estado brasileiro reconhecesse a existência do pluralismo étnico-cultural e da importância de combatermos a discriminação racial do negro existente nos livros didáticos e currículo escolar. Torna-se necessário compreendermos a dimensão pedagógica dessas lutas traduzidas em leis, normas e documentos oficiais com o objetivo de valorizar as matrizes africanas, indígenas e europeias que fazem parte da formação identitária do povo brasileiro.

Neste sentido, a aprovação da Lei Federal nº9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), foi de fato um avanço enquanto política de Estado na legislação educacional como podemos perceber nos seguintes artigos:

Art. 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser contemplada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (LDB, 2010, p.27)

A partir daí, o Ministério da Educação, em parceria com a sociedade civil, elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1998, com o objetivo de ampliar as recomendações curriculares da LDB/96, através da inclusão do tópico “Pluralidade Cultural” como tema transversal. Mas os PCNs-Pluralidade Cultural são apenas orientadores, e não tem poder de lei para determinar o desenvolvimento de conteúdos comprometidos com o ensino da História da África, ao deixar a critério dos educadores abordarem ou não a temática.

Ademais, os PCNs também comprovam a identificação, pelo Estado, do racismo presente no Brasil e nas suas instituições públicas, ao afirmar a necessidade de que:

[...] a escola coopere na formação e consolidação de uma cultura de paz, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos universais e da cidadania compartilhada por todos os brasileiros [...]. [Afirmam que] é trabalho cotidiano da escola procurar superar todo e qualquer tipo de discriminação e exclusão social, valorizando cada indivíduo e todos os grupos que compõem a sociedade brasileira [...] (SILVA, 2011 p.102 Apud BRASIL,1998, p.69)

Sendo assim, podemos afirmar que a promulgação da Lei 10.639/03, conforme Ferreira (2009, p.25 Apud. SILVA, 2007, p.37) “é resultado de décadas de luta e resistência do povo negro[...]”, pois em 1999, a Deputada e especialista em educação brasileira, Ester Grossi e o parlamentar oriundo do movimento negro Eurídio Bem-Hur Ferreira, ambos do PT, apresentaram o Projeto de Lei nº259/99, visando à inclusão do ensino obrigatório de História e Cultura Africana e Afrodescendente em todas as escolas de educação básica do país.

Como o Brasil estava passando por um intenso período de discussão sobre as ações afirmativas para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades raciais. O surgimento da Lei Federal 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, instituindo a obrigatoriedade do ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira no currículo do ensino fundamental e médio das escolas públicas e particulares, foi sancionada pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ex-Ministro Cristovam Ricardo Cavalcante Buarque, em 9 de janeiro, de 2003.

Reconhecemos que essa política de ação afirmativa foi uma das principais medidas de reparação histórica adotada pelo sistema educacional brasileiro, em resposta ao que foi estabelecido pelo Programa Nacional de Direitos Humanos e dos acordos internacionais assumidos pelo Brasil por meio da Convenção da UNESCO, de 1960, direcionada ao combate do racismo em todas as instâncias de ensino, como também a Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, de 2001, em Durban⁸.

A primeira alteração da LDB 9.394/96, ocorreu no art.26, ao incluir o art. 26-A, que determina:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§1º o conteúdo programático a que se refere o caput deste art. incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 1996).

⁸Essa III Conferência Mundial tornou-se um marco para o avanço da luta antirracista no Brasil, pois o Estado brasileiro teve que criar ações afirmativas e medidas reparatórias para grupos sociais historicamente discriminados. A partir do lançamento do Programa de Direitos Humanos II, em 2002 que contemplava o sistema de cotas para ampliação do acesso de afrodescendentes às universidades públicas, empregos públicos, às áreas de tecnologia de ponta, dentre outras medidas.

Já o art.79, foi acrescido no calendário escolar, a inclusão do dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”(art. 79-B).

A Lei 10.639/03 representa um avanço no processo de luta por uma educação antirracista e de valorização da diversidade cultural na formação do Brasil, além de ser uma contribuição para construção positiva do reconhecimento das africanidades na sala de aula e afirmação da identidade negra. A institucionalização dessa Lei, teve prosseguimento com a Resolução nº 01/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE), ao aprovar o Parecer CNE/CP 03/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em todos os níveis de escolarização de crianças, jovens, adultos e idosos do país. Neste documento, estão os princípios, orientações e fundamentações que nortearam a execução desta Lei no cotidiano escolar. No caput do art.3º, da citada Resolução afirma:

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 03/2004. (BRASIL,2004, p.32).

Já na Educação Infantil por ser a primeira etapa da educação básica, defendemos a necessidade de vivências sociais que respeitem e valorizem a pluralidade étnica, como aponta as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil, de 2010, no tópico “Proposta Pedagógica e Diversidade” que prevê a execução de ações pedagógicas voltadas para “O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação”. (BRASIL, 2010, p.21)

Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018) que é um documento normativo que determina as aprendizagens essenciais que todos/as alunos/as devem desenvolver durante cada etapa da educação básica, temos a reafirmação do papel da educação de promover um processo educacional com a equidade de oportunidades.

[...] os sistemas e redes de ensino [...] devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes. [...] exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos - como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes[...] (BRASIL, 2018, p.15-16)

Em Campina Grande encontramos a Resolução n.º 087/2010, que trata das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico- Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena no Sistema Municipal de Ensino que foi alterada pela Resolução n.º 09/2020, conforme publicação no Semanário Oficial da cidade, em novembro de 2020 com as seguintes determinações:

Art. 3º. O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e de História e Cultura Indígena é obrigatório no Sistema Municipal de Ensino de Campina Grande, abrangendo as Unidades Educacionais que ofertam as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, incluindo todas as Modalidades de Ensino.

Art. 6º. Os conteúdos programáticos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e de História e Cultura Indígena se caracterizam pela transversalidade e, segundo essa perspectiva, deverão ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, com ênfase nas áreas de Educação Artística, Língua Portuguesa, Literatura e História.

§ 1º. A Educação das Relações Étnico-Raciais deverá constar como referencial no Projeto Político Pedagógico das creches e escolas.

Art. 7º. Para a implementação desta Resolução, a Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) estabelecerá programas e ações pertinentes, com especial prioridade para a capacitação de educadores e a aquisição, produção e difusão de materiais didáticos que contemplem, sobretudo, as especificidades histórico-culturais do povo negro e dos indígenas brasileiros.

Art. 9º. No “Dia do Índio” (19 de abril) e no “Dia Nacional da Consciência Negra” (20 de novembro) do Calendário Escolar, deverão ser realizados eventos reflexivos geral e/ou setorial, organizados por núcleos ou escolas, articulado com os conteúdos programáticos e/ou temáticas de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e de História e Cultura Indígena, previstos no Art. 5º desta Resolução, de modo a desenvolver, junto aos educandos e a comunidade escolar, atitudes de reconhecimento e valorização da importância dos negros e dos indígenas na formação social paraibana e brasileira e de respeito as suas culturas.

Logo, a escola enquanto instituição social é responsável por assegurar o direito da educação para todos/as de forma democrática através da divulgação e produção de conhecimentos, voltados ao combate do racismo epistêmico, ajudando, dessa forma, na reeducação das relações entre diferentes grupos étnicos-raciais. Compreendemos, assim, que essas diretrizes aprovadas no nosso município estão de acordo com as reivindicações do MNCG para efetivação e implementação das leis que alteraram a LDB. E no próximo tópico, apresentaremos a vivência prática escolar, na qual geramos agentes multiplicadores na luta contra o racismo, a partir da utilização da literatura infanto-juvenil A Bela Acordada de autoria da professora Lígia Pereira dos Santos.

5 LEI 10.639/03 E A LITERATURA INFANTO-JUVENIL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL.

Percebemos que nos últimos anos a questão étnico-racial tem conseguido mais espaço no mercado editorial brasileiro na área da literatura infantil e de livros paradidáticos para atender ao que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. No entanto, compreendemos que é necessário avaliar atentamente o conteúdo e as ilustrações representadas da população negra no contexto das narrativas, pois existem obras literárias duvidosas que reproduzem imagens estereotipadas e histórias negativas sobre os afrodescendentes.

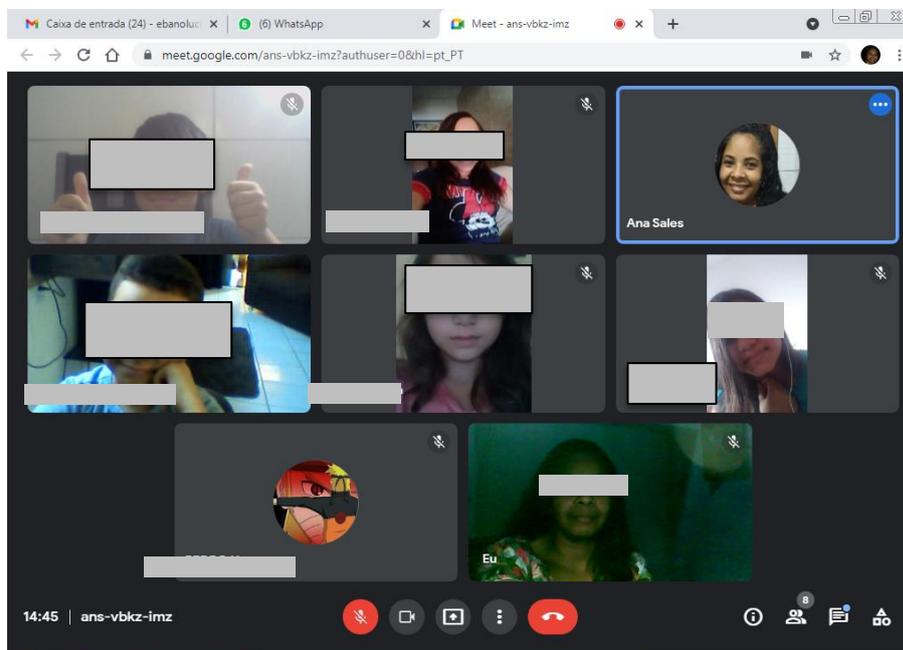
Diante deste contexto, acompanhamos os debates e críticas no Portal Geledés sobre uma infeliz publicação da editora Companhia das Letras, cujo título é *Abecê da liberdade: A história de Luiz Gama, o menino que quebrou correntes com palavras*, dos autores José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta, com ilustrações de Edu Oliveira. Essa obra tem como proposta literária recontar a infância de Luiz Gama num navio negreiro com outras crianças negras acorrentadas, divertindo-se através das brincadeiras infantis como ciranda, pega-pega, esconde-esconde, escravos de Jó, etc. Como vimos, a capa nem sempre corresponde ao conteúdo, tendo em vista que esse livro distorce completamente os horrores da escravidão e naturaliza de forma lúdica as violências físicas e simbólicas sofridas pelos africanos e africanas.

Logo, podemos dizer que a produção literária colabora com a construção de valores morais, éticos, raciais, gênero, estéticos e culturais que permeiam as relações sociais, pois como afirma Venâncio (2009, p.53 cf. DALCASTAGNE, 2005) “O leitor busca, no seu contato com o objeto livro, se conectar a outras experiências de vida, buscando entender ‘O que é ser o outro, morar em terras longínquas, falar uma língua estranha, ter outro sexo, um modo diferente de enxergar o mundo’.

Seguindo essa perspectiva analítica desenvolvemos nossa pesquisa qualitativa, associada à consulta documental no intuito de promover uma construção pedagógica antirracista com crianças do 5º ano, na faixa etária de 10 e 11 anos, do Ensino Fundamental de uma escola particular da área urbana, no município de Campina Grande, durante os meses de julho e agosto.

5.1 Sementes literárias contra o racismo.

Figura 1 - Encontro com as crianças



Fonte: a autora (2021)

A partir da reunião realizada no dia 6 de julho, através da utilização do *Google Meet* (figura 1), apresentamos para as crianças a obra literária *A Bela Acordada*, da autora Lígia Pereira dos Santos, a qual apresenta uma narrativa de valorização da cultura afro-brasileira e do protagonismo da mulher afrodescendente no enfrentamento da escravidão, pois “É natural que a literatura infanto-juvenil continuamente se atualize, incorporando novos temas e procurando traduzir problemas contemporâneos nos textos” (Ziberman, 1985, p.100).

Durante esse encontro utilizamos como dinâmica a leitura compartilhada, estimulando a reflexão e o diálogo sobre a importância dos africanos/as e afro-brasileiros/as na formação cultural do Brasil. Também apresentamos dois vídeos selecionados no *YouTube* sobre uma breve biografia de Carolina Maria de Jesus e Luiz Gonzaga Pinto da Gama, visto que essas personalidades negras foram escolhidas para serem homenageadas porque tiveram suas vidas socialmente e intelectualmente transformadas por meio da leitura e escrita.

A escritora, poeta, compositora e cantora Carolina Maria de Jesus, nasceu em 14 de março de 1914, na cidade de Sacramento, no Estado de Minas Gerais. Apesar de ter estudado apenas dois anos no colégio de orientação espírita Allan Kardec, onde crianças pobres eram assistidas pelas pessoas abastardas da época. Apesar das diversas dificuldades sociais e financeiras enfrentadas para sobreviver como catadora de papel, auxiliar de enfermagem e

artista de circo, na cidade de São Paulo, nas décadas de 40 e 50. Foi na casa do médico Euríclides Zerbini, onde trabalhou como empregada doméstica que Carolina teve acesso, pela primeira vez, a uma biblioteca, tornando-se uma leitora voraz e uma das grandes escritoras do Brasil com reconhecimento internacional, a partir dos seus mais de 4.500 manuscritos registrados em 37 cadernos.

O seu primeiro livro lançado foi *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, publicado em 1960, virou um *best-seller*, na época sendo traduzido para 13 idiomas e vendido em 40 países. Essa obra chegou a vender cem mil exemplares em um ano. Ela também escreveu outras obras como Casa de Alvenária, Pedacos da Fome em vida e várias publicações póstumas foram lançadas como o Diário de Bitita, Meu estranho diário, Meu sonho é escrever, Antologia pessoal etc. Em reconhecimento ao seu valor literário, recentemente a Universidade Federal do Rio de Janeiro concedeu para essa escritora afrodescendente o título de Doutora Honoris Causa. Sobre Carolina Maria de Jesus diz o escritor Ney Lopes (2019, p.67)

Verbetizada no Dicionário mundial de mulheres notáveis, publicado em Lisboa por Lello & Irmão, e em outras publicações internacionais, o sucesso, entretanto, não trouxe a Carolina Maria de Jesus tranquilidade nem realização financeira: faleceu em 13 de fevereiro de 1977, na periferia de São Paulo, quase esquecida pelo público e pela imprensa [...].

Nascido no dia 21 de junho de 1830, na cidade de Salvador, Luiz Gonzaga Pinto da Gama, aprendeu a ler e escrever aos 17 anos com ajuda de um estudante que estava hospedado na casa onde ele trabalhava como escravo doméstico para um comerciante, na cidade de São Paulo. Após fugir em 1847, conquistou sua liberdade ao provar na justiça que havia sido escravizado ilegalmente, pois foi vendido pelo seu pai quando tinha 10 anos para pagar uma dívida de jogo. Esse rábula do Direito se destacou nos tribunais de justiça ao libertar mais de 500 escravos, tornando-se um grande abolicionista que oferecia seus serviços sem cobrar nada a todo escravo que o procurasse.

Além de ser poeta e escritor, ele exerceu a função de educador, pois abriu uma escola gratuita para crianças e um curso primário para adultos na loja maçônica da qual fazia parte. Também atuou como jornalista quando fundou e redigiu o jornal satírico Diabo Coxo e Polichinello, nos quais publicava artigos de natureza política, jurídica e partidária. Na sua biografia Luiz Gama fez parte da Maçonaria Paulista, participando da Loja América e foi um dos fundadores do Partido Republicano no século XIX. Tendo falecido, em 1882, seis anos antes da abolição da escravatura.

Reconhecendo a sua luta em defesa dos direitos humanos da população negra escravizada, seu nome foi incluído no Livro dos Heróis da Pátria e recebeu o título de Patrono

da Abolição da Escravidão no Brasil, em 2015 através de dois Projetos de Lei aprovados no Congresso Nacional. Já a Universidade de São Paulo-USP, concedeu-lhe esse ano o título de Doutor Honoris Causa e 133 anos após a sua morte, foi reconhecido como advogado pela OAB-Ordem dos Advogados do Brasil. E, nos últimos anos, essa valorização ampliou-se para a produção cinematográfica, tendo em vista que o cineasta Jeferson De lançou o filme biográfico Doutor Gama sobre sua trajetória jurídica na luta contra a escravidão.

Para produção das histórias e montagem do livro coletivo, foi apresentado para as crianças os pseudônimos que poderiam utilizar e, ao mesmo tempo, homenagear outras personalidades negras importantes na luta contra a escravidão, racismo, pela valorização da educação e igualdade racial, a exemplo de Antonieta de Barros, Aqualtune, Dandara, Luther King, Nelson Mandela, Teresa de Benguela e Zumbi dos Palmares. Sendo assim, cada uma escolheu o nome dessas referências do povo negro e buscou conhecer sobre suas biografias para compartilhar com o grupo no segundo encontro virtual que realizamos no dia 13 de julho.

No dia seguinte, em plena pandemia, visitamos a residência de cada criança para presentear com um exemplar da obra *A Bela Acordada* para elas poderem dar continuidade a história conforme sua criatividade e imaginação, tendo como personagens centrais Carolina Maria de Jesus e Luiz Gonzaga Pinto da Gama, seguindo a frase motivadora no final do livro “*E você criança, como continuaria esta história?*”, conforme orientação da professora Lígia Pereira dos Santos. Combinamos, portanto, que continuaríamos a manter o contato individual por meio do aplicativo *Whatsapp* para ajudar nas dúvidas e dificuldades que fossem surgindo no decorrer do processo de produção das histórias.

Quando retornamos das férias escolares em agosto, foi possível estar com as crianças no espaço escolar e dar continuidade aos nossos diálogos, buscando estimular a reflexão crítica sobre os problemas sociais causados pela existência do racismo na educação, no mercado de trabalho e falta de moradia que impedem os afrodescendentes de viverem com dignidade e cidadania plena. Ainda realizamos a revisão e reescrita das histórias com as crianças para superar os equívocos ortográficos de coerência e coesão textual.

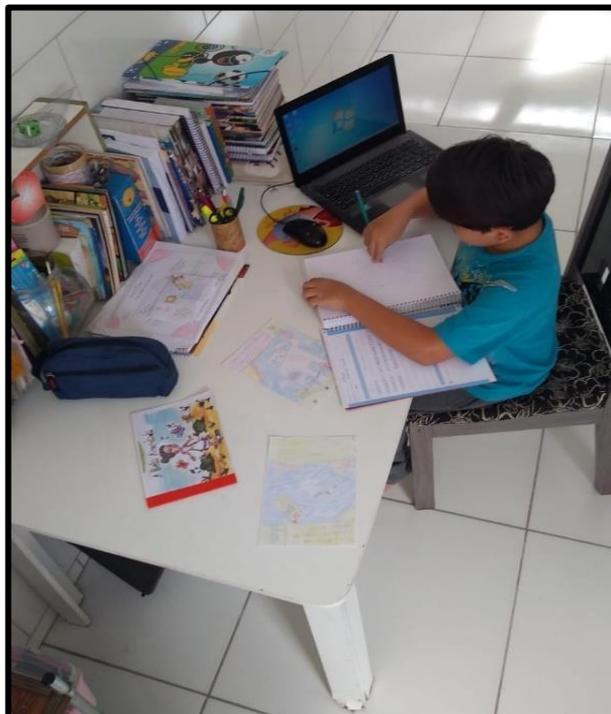
Durante esse processo formativo, as crianças foram participantes ativas no exercício da práxis como ensina a obra *Pedagogia do Oprimido* quando diz que “[...] é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (Freire, 1987, p.21). e consideramos que os objetivos traçados nesse campo da educação para as relações étnico-raciais foram alcançados ao utilizarmos a literatura infanto-juvenil, resultando na construção do livro coletivo *Histórias Afro-Reluzentes*.

Figura 2 - Fotografia feita pela autora



Fonte: a autora (2021)

Figura 3 - Fotografia feita pela autora



Fonte: a autora (2021)

Figura 4 - Capa do Livro



Fonte: a autora (2021)

Figura 5 - Contra Capa do Livro

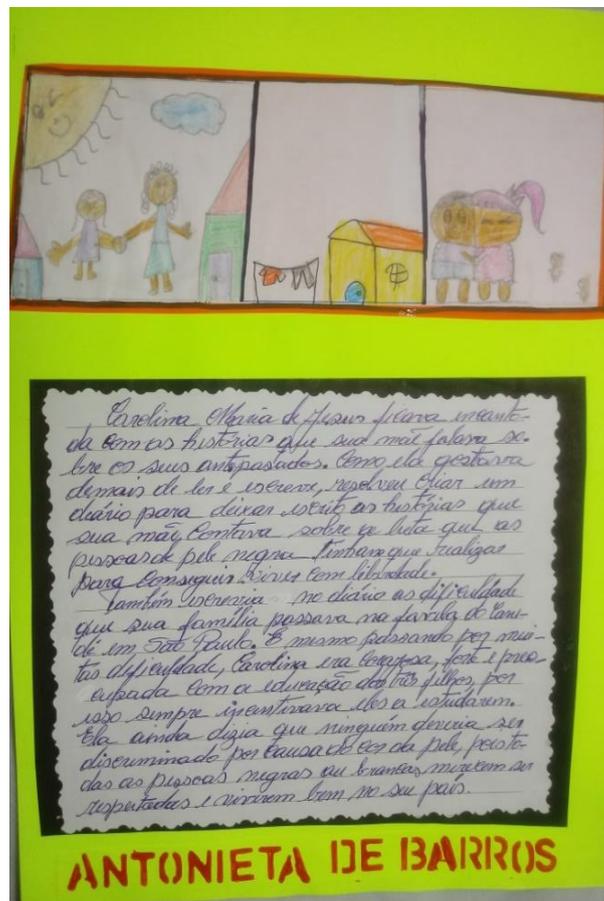


Fonte: a autora (2021)

[...] A literatura nos permite ampliar os horizontes, de expectativas dos alunos, por meio dela temos a oportunidade de criar espaços e situações significativas, o trabalho com as obras literárias [...] possibilita conhecer, debater, analisar e transformar as vivências das crianças. (Marques, 2020 p.13)

Assim, veremos como os participantes da construção do livro desenvolveram algumas reflexões pertinentes para o combate ao racismo.

Figura 6 - Reconto sobre Carolina de Jesus

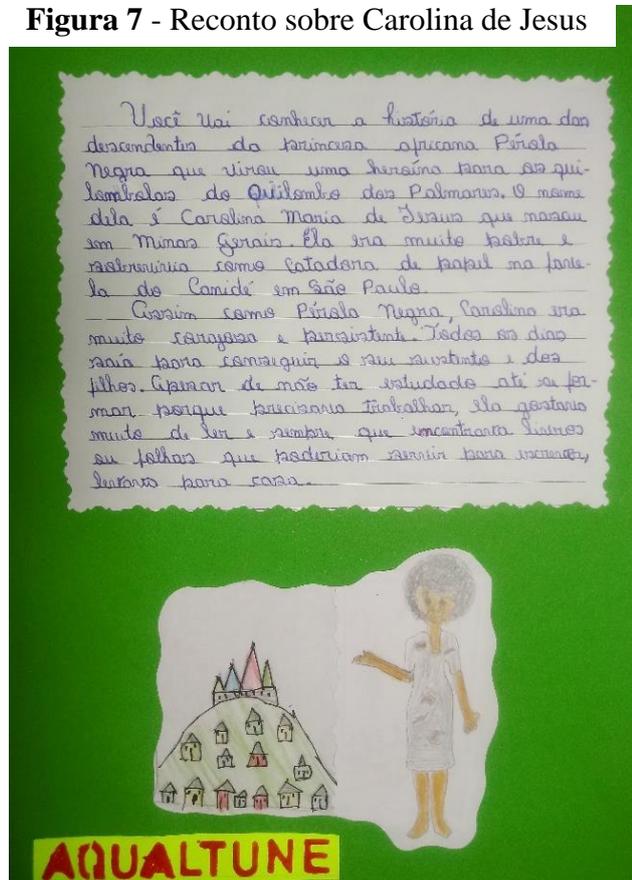


Fonte: a autora (2021)

Na imagem acima (figura 6) temos um trecho da história desenvolvida pela criança que escolheu ser Antonieta de Barros que foi jornalista, professora e a primeira mulher negra a ser eleita Deputada Federal. A aluna até brincou dizendo que na idade adulta, pretende ser professora porque acha uma profissão muito importante que ajuda na formação de todas as outras profissões. Ela é uma menina que ama desenhar, pintar e na sua narrativa destacou que “[...] ninguém deveria ser discriminado por causa da cor da pele, pois todas as pessoas negras ou brancas merecem ser respeitadas e viverem bem no seu país [...]”. Essa reflexão da menina

nos deixou muito felizes porque ela compreendeu a importância de valorizar as pessoas de diversas etnias.

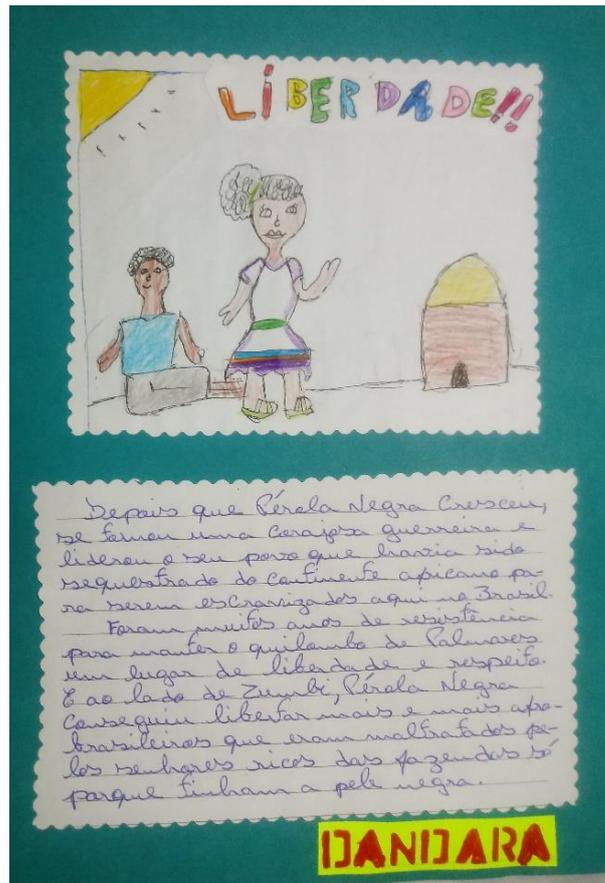
Figura 7 - Reconto sobre Carolina de Jesus



Fonte: a autora (2021)

Na (figura 7) foi escolhida a princesa africana Aqualtune trazida do Reino Congo e que liderou um dos mocambos do Quilombo dos Palmares no século XVII. Essa aluna que representou a princesa é muito afetuosa com os colegas, gosta de ajudá-los e na sua produção destacou que “[...] que o estudo ajuda as pessoas a mudarem de vida para melhor [...].” Consideramos significativa a relação que ela fez sobre a importância do acesso à educação na vida das pessoas para que consigam viver com dignidade.

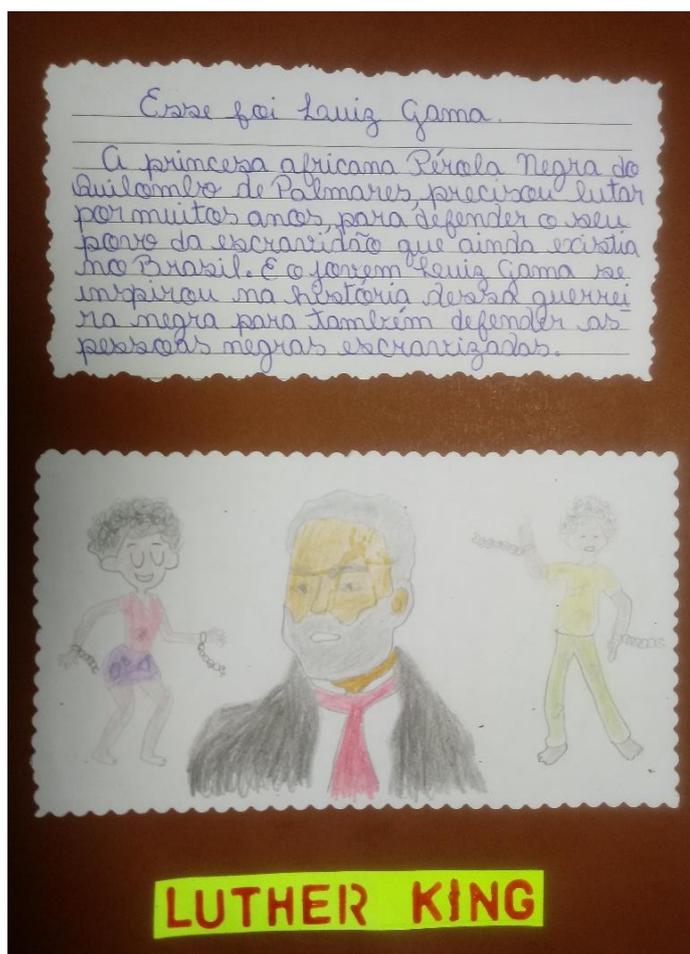
Figura 8 - Reconto sobre Carolina de



Fonte: a autora (2021)

Na (figura 8) temos a personagem Dandara que fez parte da resistência negra contra a escravidão no Quilombo de Palmares. A educanda que escolheu essa guerreira quilombola é bem esforçada nos estudos e gosta de auxiliar os colegas nas atividades. Ela destacou no seu texto que [...] Carolina de Jesus ficou muito feliz porque seus três filhos tinham orgulho de serem afro-brasileiros e sabiam que só o estudo ajudaria a vencerem na vida [...]. Nessa passagem percebemos a importância da representatividade positiva que ajuda na elevação da autoestima e no orgulho do pertencimento étnico racial.

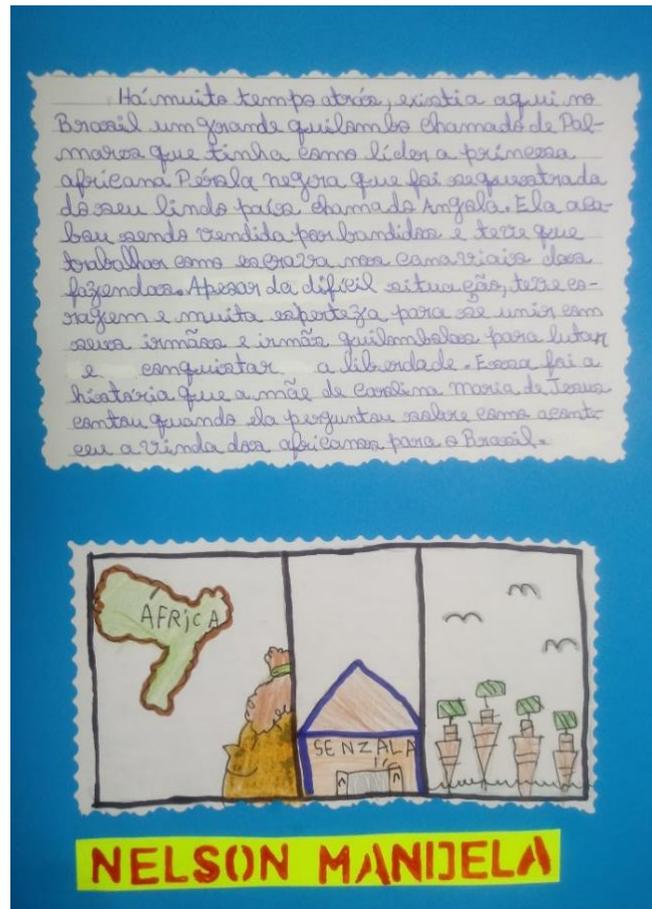
Figura 9 - Reconto sobre Luiz Gama



Fonte: a autora (2021)

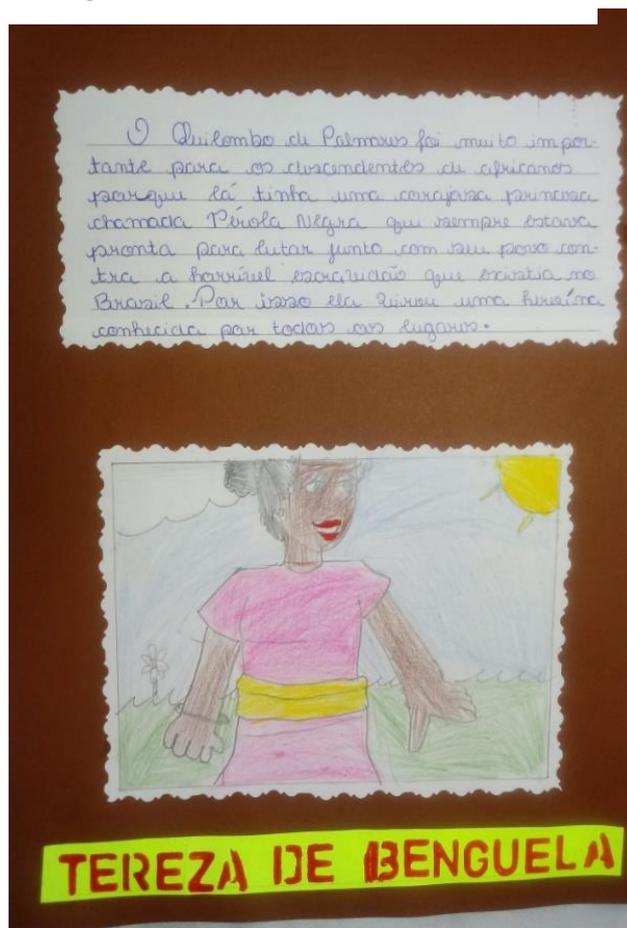
Na (figura 9) temos como representante pela luta dos direitos civis dos afro-americanos nos Estados Unidos e defensor da filosofia da não violência o Pastor Batista Martin Luther King, escolhido por uma criança com um perfil de quem ama estar em contato com as pessoas, ajudando, conversando e também gosta de escrever histórias. O que nos chamou atenção no texto dela foi “Graças a luta dele e de outras pessoas que não aceitam a discriminação, as pessoas descendentes de africanos podem estudar onde quiserem[...] foi importante porque é o estudo que nos ajuda a ter um futuro melhor”. Na nossa concepção, o discurso da criança reafirma como o estudo é necessário na vida das pessoas e compreendeu o porquê do advogado Luiz Gama ter valorizado a educação quando abriu uma escola para crianças pobres e curso primário para adultos, no século XIX.

Figura 10 - Reconto sobre Carolina de Jesus



Fonte: a autora (2021)

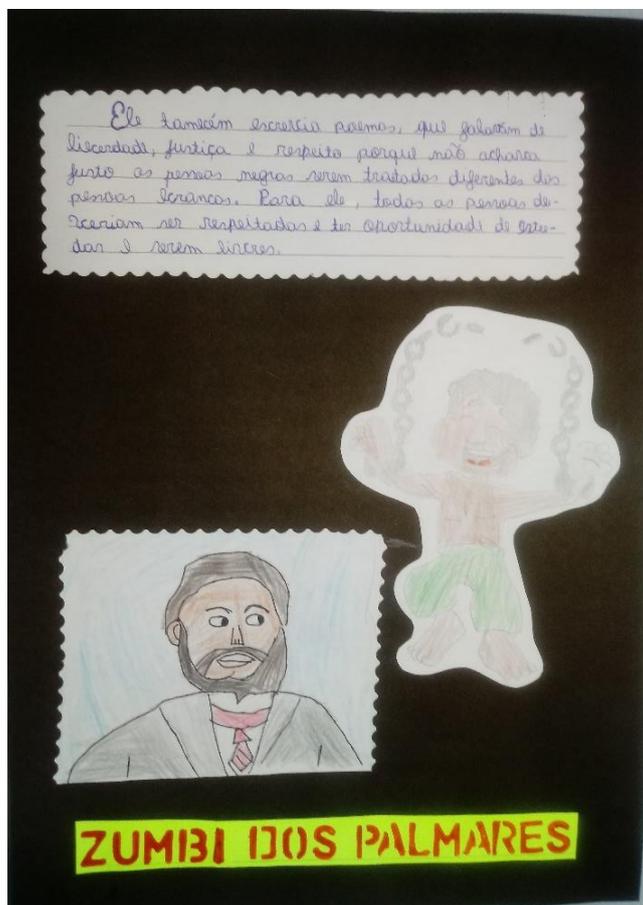
Na (figura 10) encontramos o ex-Presidente da África do Sul Nelson Mandela que combatia o sistema do Apartheid e chegou a ganhar o Prêmio Nobel da Paz de 1993, devido sua luta histórica e permanente em defesa dos direitos humanos do povo negro. Essa criança adora brincar de faz-de-conta e buscou enriquecer sua produção ao enfatizar que “[...] ela ficou famosa até fora do Brasil, tornando-se uma grande escritora que buscava sempre valorizar os conhecimentos deixados por seus antepassados porque achava importante, as próximas gerações conhecerem [...]”. Nessa fala nos surpreendeu, pois, destacou com simplicidade a importância de se transmitir para os mais jovens o legado cultural dos africanos e afro-brasileiros que ajudaram a desenvolver o Brasil com seus conhecimentos.

Figura 11 - Reconto sobre Luiz Gama

Fonte: a autora (2021)

Na (figura 11) temos Tereza de Benguela que foi rainha e liderou o quilombo do Quariterê no Mato Grosso, que também acolhia os indígenas que buscavam defender-se do sistema escravista da época. A criança mostrou uma percepção importante sobre os problemas que a existência do racismo pode causar na vida da população negra quando afirmou “[...] acho que as pessoas precisam entender que a cor da pele não pode ser motivo para discriminar e humilhar ninguém, nós queremos uma sociedade melhor para que ninguém fique sem emprego digno e possa estudar onde quiser, sem ficar preocupado com a volta do racismo no mundo”. É uma criança que gosta de compartilhar suas opiniões e ser responsável no cumprimento das atividades escolares.

Figura 12 - Reconto sobre Luiz Gama



Fonte: a autora (2021)

Na (figura 12) a criança escolheu Zumbi que foi na história do Brasil o mais importante líder e guerreiro do Quilombo de Palmares, que resistiu por mais de 100 anos contra a escravidão colonial. O nome de Zumbi dos Palmares foi incluído no Livro dos Heróis da Pátria a partir de uma luta política e permanente dos diversos movimentos negros do país. Nesse sentido, ela usou da criatividade para ressignificar o nome do Quilombo dos Palmares na sua narrativa como Quilombo de Caiana dos Crioulos, localizado no município de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba. Ele é uma criança criativa e bem comunicativa com os colegas.

Para nossa alegria, foi uma experiência enriquecedora de trocas afetivas, de reconhecimento e respeito às diferenças étnicas e valorização da nossa diversidade e pluralidade cultural. Sendo assim, compartilhamos da compreensão de Evelin Rosa (2018), ao enfatizar que:

[...] A literatura deve ser vista como um fenômeno de criatividade que representa o mundo, uma expressão cultural, como a valorização da convivência na diversidade com as crianças entre si de todas as culturas, raças, gêneros. A literatura torna-se um meio de comunicação entre o mundo real e o mundo das palavras, um mundo abstrato, este, muitas vezes, não deixando de ser verídico. (p. 26-27)

Pois, as histórias escritas pelas crianças ajudam na quebra de preconceitos raciais fazendo com que elas tenham uma postura crítica e colaborem na construção de uma sociedade onde não exista violência racial que impede as pessoas negras de viverem com dignidade e cidadania plena.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não temos dúvida de que as mudanças e conquistas no campo da educação para as relações étnico-raciais na história do pensamento pedagógico desse país, são resultantes das ações antirracistas e intervenções políticas dos diversos Movimentos Negros e de tantos outros sujeitos sociais não negros comprometidos e engajados no desenvolvimento de uma educação cidadã, democrática e que valoriza a nossa pluralidade cultural e étnica.

Sendo assim, reafirmamos neste trabalho que historicamente o protagonismo político desempenhado pelo conjunto do movimento afro-brasileiro foi de vital importância para a desconstrução da educação eurocentrista e a levar o Estado brasileiro à necessidade de enfrentar a violência do racismo em todas as instâncias do nosso sistema educacional.

Acreditamos que com o advento da Lei 10.639/03 enquanto uma conquista histórica dos diversos movimentos sociais negros, contribuiu para a reformulação das políticas curriculares de escolas, universidades e institutos federais de educação pelo fato de ser uma política pública voltada para garantir uma educação multicultural e inclusiva ao romper com os padrões hegemônicos do colonialismo.

O município de Campina Grande-PB, não foge dessa conjuntura social e pedagógica, pois só recentemente o Conselho Municipal de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena no Sistema Municipal de Ensino, através da Resolução nº 09/2020, conforme publicação no Semanário Oficial da cidade, em novembro de 2020. Embora tenha demorado tanto, reconhecemos que é um avanço, já que a partir de agora os professores/as e gestores/as escolares tem um documento referencial para se trabalhar a etnicidade africana e afro-brasileira com a devida competência que o fazer pedagógico exige.

Portanto, diante deste contexto, a ação educativa que desenvolvemos com base no livro *A Bela Acordada* de autoria da professora Lígia Pereira dos Santos envolveu as crianças do 5º ano do Ensino Fundamental com as histórias Afro Reluzentes, possibilitando uma escrita antirracista. Entendemos assim, que a literatura infanto-juvenil pode ser utilizada para a construção de um imaginário social que promova o reconhecimento e a valorização de africanos/as e afro-brasileiros/as diante dos olhares desses educandos. Como resultado dessa troca de vivências, confeccionamos coletivamente a literatura das histórias afro-reluzentes escritas pelas crianças, numa singular geração de ação inclusiva no debate étnico racial.

Assim sendo, através do trabalho literário entendemos que cumprimos com a responsabilidade social de proporcionar às novas gerações habilidades, conhecimentos, crenças, valores e atitudes consideradas essenciais ao questionamento do racismo estrutural favorecendo à formação de princípios da cidadania.

Ademais, nós educadores/as enquanto mediadores desse processo de ensino e aprendizagem precisamos fazer com que as crianças compreendam a prática do racismo como algo que desumaniza e desrespeita as pessoas negras, levando-as através do uso da palavra em práticas literárias agirem para eliminação desse problema racial que impede uma convivência fraterna e respeitosa entre os seres humanos.

REFERÊNCIAS

- AIRES, José Luciano de Queiroz (org.). **Diversidades Étnico-Raciais & Interdisciplinaridade: diálogos com as leis 10.639 e 11.645.** Campina Grande: EDUFCG, 2013.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2012-pdf/10098-diretrizes-curriculares> Acesso em 20 set 2021.
- _____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf Acesso em 20 set 2021.
- _____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018 Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em 28 set 2021.
- _____. Ministério da Educação – MEC .Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12989-relacoes-etnico-raciais> Acesso em: 28 set 2021
- Correio Braziliense. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/09/4947634-sergio-camargo-sou-o-terror-dos-afromimizentos-e-da-negrada-vitimista.html> Acesso em 02 out 2021.
- DIAS, Vaneska Silva. **Ação dos educadores das escolas públicas na implementação da Lei 10.639/2003.** Monografia em Pedagogia. Campina Grande-PB. Universidade Estadual da Paraíba, 2011.
- FERREIRA, Jair Silva. **Representações da África na prática de ensino de professores da Rede Estadual.** Monografia em História e Ciências Humanas. Campina Grande-PB. Universidade Estadual da Paraíba, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf Acesso 20 set 2021.
- Fundação Cultural Palmares. Disponível em http://www.palmares.gov.br/?page_id=52755 Acesso em 29 set 2021.
- GOMES, Nilma Lino (org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº10.639/03.** Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada/Alfabetização e Diversidade,2012. (Coleção Educação para Todos)
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** organização Flávia Rios, Márcia Lima. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar,2020.
- IDEIAS, Buenas. Luís Gama e Antônio Bento, os heróis da abolição. (1 vídeo) 10min. Disponível em <https://youtu.be/Lx7kuLMjrSg> Acesso em 06 jul 2021.

LOPES, Nei. **Afro-Brasil reluzente: 100 personalidades notáveis do século XX**. 1ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

MARQUES, Nívea Mesquita Ferreira. **A valorização da identidade étnico-racial na literatura infantil: análise das obras “Meu crespo é de rainha” (Bell Hocks) e “O cabelo de Cora” (Ana Zarco Câmara)**. Monografia de Especialização em ensino de língua portuguesa e literatura. Curitiba-PR. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2020. Disponível em <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/25200> Acesso em: 19 set 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROMÃO, Jeruse (org.). **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada/Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para Todos)

ROSA, Evelyn Souza. **Cabelo cresce... preconceito também! Uma análise dos livros de literatura infantil para o empoderamento de meninas negras**. Monografia em Pedagogia-Licenciatura. Porto Alegre-RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/195585/001092213.pdf?sequence=1> Acesso em: 25 set 2021.

SANTOS, Lígia Pereira dos Santos. **A Bela Acordada**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011.

Semanário Oficial de Campina Grande/PB, Edição nº2.702, de 16 a 20 de novembro de 2020 Disponível em <https://www.prefeituradecampinagrande.org/> Acesso em: 28 set 2021.

TV Globo. Mulheres Fantásticas #9/ Carolina de Jesus. (1 vídeo) 1min e 7seg. Disponível em <https://youtu.be/IufWv4430aA> Acesso em 06 jul 2021.

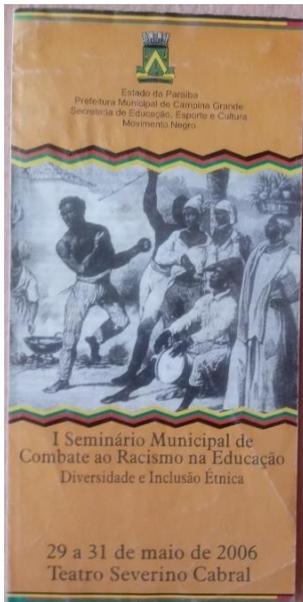
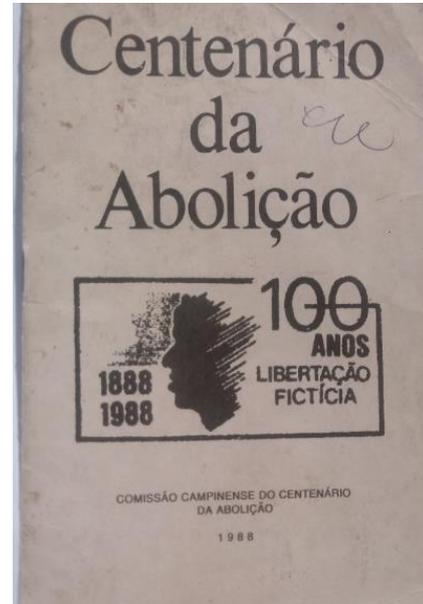
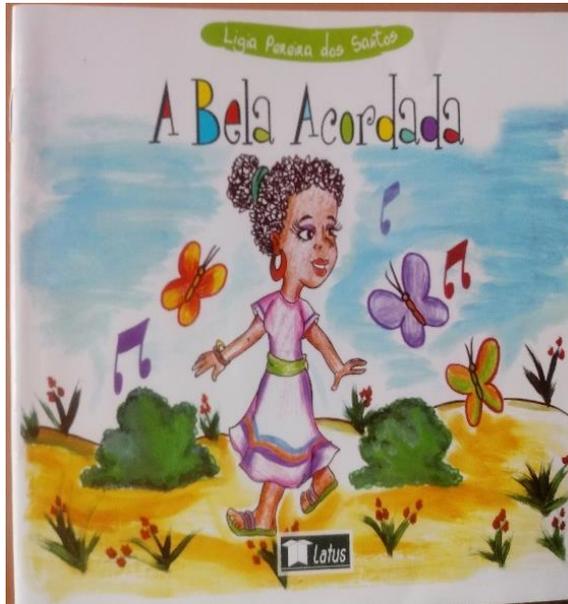
TV Paraíba. Projeto da Fundação Cultural Palmares. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/5895261/?s=0s> Acesso em 29 set 2021.

VENÂNCIO, Ana Carolina Lopes. **Literatura infanto-juvenil e diversidade/ Ana Carolina Lopes Venâncio- Curitiba, 2009**. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/portugues/dissertacoes/infato_juvenil.pdf Acesso em: 03 out 2021. Acesso em: 25 set 2021.

ZIBERMAN, Regina. **Introduzindo literatura infanto-juvenil: Literatura infanto-juvenil-o leitor e a qualidade artística**. Perspectiva, Florianópolis, v.1, n.4. 98-102, jan./dez.1985. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/10106/9326> Acesso em: 01out 2021.

ANEXOS

ANEXO - ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA



VI SEMINÁRIO AGOSTO PARA A
IGUALDADE RACIAL

Campina Grande: Vigésimo Sexto
Município Onde se Mata Mais
Jovens Negros no Brasil.



Agosto/2017

I JORNADA DE EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Os participantes terão direito a receber certificado

PROGRAMAÇÃO: Entrada: 1k de Alimento não perecível.

Quarta-feira, 16/11/2011 - Manhã - 08:00h - TEATRO DO BESC CENTRO

- Solenidade de Abertura: Jair Nguni - Historiador e Coordenador do Movimento Negro de Campina Grande, Nguniêdo Maracajá - Presidente do SINTAB.
- Palestra: Estatuto da Igualdade Racial e Políticas Públicas Para a Cultura Afro-Brasileira. Expositor: Cleio César - Secretário de Cultura do Estado da Paraíba.
- Palestra: Lei 10.639/03 e Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Expositor: Henrique Cunha Júnior - Mestre em História, Sociólogo, Doutor em Engenharia Elétrica e Professor da UFC.
- Encerramento: Escola de Capoeira Afro Negro - Instrutor Everaldo Batista (Mocango) Projeto NFOC - Hip Hop / Lançamento do "CD Versos a Dois" - Dido Voxon e Banda Príncipe Alvo - (Participação especial Maracatu do B)

Quarta-feira, Tarde 14:00h - MINI-TEATRO PAULO PONTES/TEATRO SEVERINO CABRAL

Coordenador: Nazito Pereira - SINTAB

- Palestra: Lei 10.639/03, Ciência e Tecnologias Africanas na Formação da Sociedade Brasileira. Expositor: Luciano Mendonça de Lima - Doutor em História e Professor da UFCG.
- Palestra: Abdias do Nascimento, Abriamo Negro e o Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira. Expositor: José Pereira de Sousa Júnior - Doutorando em História pela UFPE e Professor da UEPB.

Quarta-feira, Noite - 19:00h - MINI-TEATRO PAULO PONTES/TEATRO SEVERINO CABRAL

Coordenador: Jair Silva - Coordenador do Movimento Negro de Campina Grande

- Mesa-redonda: Ensino de História da África, Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Rede Pública de Ensino: Por Que Tanto Descasos Com a Lei 11.645/08? Expositores: Juciene Ricardo - Doutora em História e Professora da UFCG, Waldeck Fensira Chagas - Doutor em História e Professor da UEPB, Sebastián Sánchez Martín - Doutor em Educação e Professor da UEPB.
- Encerramento: CIA Caravana - Performance de Dança do Vento - Raks África

APOIO: uepb
REALIZAÇÃO: Movimento Negro de Campina Grande SINTAB

I JORNADA DE EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Desde a década de 40 que o Movimento Negro vem lutando para que o Estado brasileiro reconheça a importância do processo civilizatório africano na formação da nossa cultura e história. Entretanto, apenas em 2003 esse sonho foi conquistado quando o Governo Federal alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e instituiu a História da África e Cultura Afro-Brasileira na matriz curricular de nossas escolas públicas e particulares. Além dessa obrigatoriedade que deve passar por todo âmbito do currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira. A Lei 10.639/03 também inseriu no calendário escolar através do Artigo 79-B o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Passados mais de 8 anos da criação desta Lei diversos governantes e agentes públicos resistem em cumprir com o que ela determina. Aqui em Campina Grande, por exemplo, percebemos que o quadro docente das redes municipal, particular e estadual de ensino pouco trabalha com a Lei 10.639/03 e ainda são muitos os gestores escolares que desconhecem os conteúdos das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Na verdade, falta capacitação pedagógica para os trabalhadores e trabalhadoras em educação face aos desafios educacionais oriundos da Lei 11.645/08, uma vez que a História e Cultura dos Povos Indígenas também deve constar na formação de nossos professores(as) e alunos(as). Até o presente momento, as diretrizes aqui citadas não foram formuladas e adaptadas ao contexto histórico e educacional de Campina Grande, pois o que tem ocorrido nesse debate no tocante à Lei 11.645/08 são atividades pontuais, geralmente construídas pelo esforço individual de alguns docentes.

Portanto, diante desse contexto, o Movimento Negro de Campina Grande em parceria com o SINTAB convida toda a sociedade civil a fazer um debate amplo e democrático sobre o cumprimento da Lei 11.645/08, visto que estamos no Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes e sabemos que o Brasil só será um país justo e igualitário quando oferecer uma educação que realmente promova a plena igualdade racial, superando esse modelo de educação eurocêntrico, excludente e racista que historicamente tornou-se hegemônico em todos os níveis da educação brasileira.

*"Cabelo veio da África
junto com meus santos
Respeitem meus cabelos, brancos"*
(CÍCERO CÉSAR)

Projeto Agosto da Igualdade
215 Anos da Revolta dos Búzios
Homenagem ao Poeta
Arnaldo Xavier




Coordenador do Projeto
Jair Nguni
Historiador e militante
do Movimento Negro de Campina Grande.
E-mail: jair_ngunipb@hotmail.com
Contato: (83) 8890-9564 / 9191-1416

Entrada gratuita

PROJETO AGOSTO PARA IGUALDADE RACIAL
I Ciclo de Debates Genocídio da Juventude Negra e Lei 11.645/08. Qual o Papel da Educação e dos(as) Educadores(as)?

O Movimento Negro de Campina Grande quer neste ano celebrar 20 anos de resistência e luta, tem o prazer de convidar toda sociedade campinense, movimentos sociais, ONGs, estudantes, educadores, gestores escolares, universidades, comunidades, cooperativas e instituições, e pesquisadores(as) de história e cultura afro-brasileira e indígena para participarem do Projeto Agosto Para Igualdade Racial que acontecerá nos dias 03, 04, 05, 06 e 07 de agosto de 2012, no Mini Teatro Paulo Pontes do Teatro Municipal Severino Cabral, situado na Avenida Paraná, no Centro de Campina Grande-PB.



Abertura do Projeto Agosto Para Igualdade Racial: 18:30hs - sexta-feira.
 Jair Nguni - Historiador e Coordenador do Movimento Negro de Campina Grande.
 Ana Lúcia - Secretária e ativista do MNCG

Convite



III Agosto Para a Igualdade Racial

Pelo Fim do Genocídio da Juventude Negra no Centenário de Abdias Nascimento
 Dias: 5, 6, 7, 8 e 9 de agosto
 Abertura 19:00 h
 Local: Mini -Teatro Paulo Pontes do Teatro Municipal Severino Cabral.



(1914 - 2011)



Universidade Estadual da Paraíba

II SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRAS

120 Anos de Abolição: Desafios e Perspectivas na Construção de Cidadania

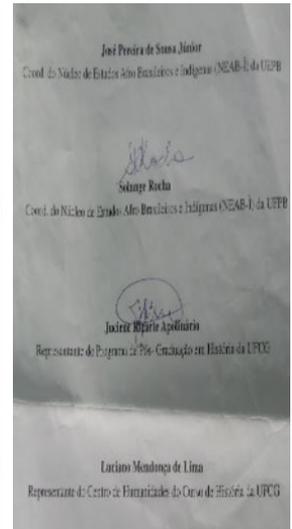
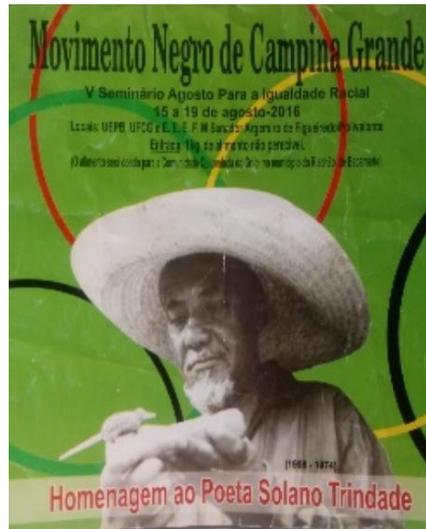
17 a 20 de novembro de 2008
 Campus I da UEPB - Ciduc I - Campina Grande - PB



Dona Edite e João Batista, homenageados do ano

REALIZAÇÃO:

neab-i Grupo de Pesquisa História e Cultura Afro-Brasileira Grupo de Pesquisa Ciências, Cidadania e Educação



Privados de Ensino, Municipais e Estaduais, bem como, requisitar aos Dirigentes das Universidades Públicas e Privadas nesse mesmo sentido.

Que o Órgão Ministerial irá requisitar as Secretarias de Educação dos Municípios e do Estado, o encaminhamento das adequações dos Currículos Escolares no que concerne ao Ensino sobre História de Cultura Afro Brasileira e Indígenas, bem como, as Universidade Públicas e Privadas

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Audiência, do que para constar, lavro o presente Termo que, lido e achado, vai devidamente assinado por todos.

Herbert Douglas Targino
Herbert Douglas Targino
 Promotor de Justiça de Defesa da Educação

Walber Santiago Colaço
Walber Santiago Colaço
 Secretário de Educação do Município

Paulo Loureiro
Paulo Loureiro
 Presidente da Associação das Escolas Particulares de Campina Grande-PB

Jair Ferreira
Jair Ferreira
 Coordenador do Movimento Negro de Campina Grande- PB

ESTADO DA PARAIBA
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 3º CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
 PROMOTORIA DE DEFESA DA EDUCAÇÃO DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos doze dias de Junho de 2012, pelas 14h30min, na Sala de Audiência da Promotoria de Justiça Dos Direitos e Defesa da Educação, nesta Comarca de Campina Grande, presente o Excelentíssimo Promotor de Justiça Dr. Herbert Douglas Targino, compareceu o Sr. Walber Santiago Colaço, Secretário de Educação do Município de Campina Grande; o Sr. Paulo Loureiro, Presidente da Associação das Escolas Particulares de Campina Grande-PB; o Sr. Jair Ferreira, Coordenador do Movimento Negro de Campina Grande; o Sr. José Pereira de Sousa Júnior, Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEAB-I) da UEPB, a Sra. Solange Rocha, Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEAB-I) da UFPE, a Sra. Jaizete Ricardo Apolinário, Representante do Programa de Pós-Graduação em História da UFCC; o Sr. Luciano Mendonça de Lima, Representante do Centro de Humanidades do Curso de História da UFCC, tendo sido acordado o seguinte:

Considerando o Ofício do Movimento Negro de Campina Grande, que faz menção ao descumprimento da Lei Federal nº 10.639/03;

Considerando a mobilização envolvendo esta Comissão no Campo Universitário, em especial as Relações Étnico-raciais no Brasil;

Considerando as manifestações de todos os participantes na Audiência, no que concerne ao cumprimento da referida Lei Federal nº 10.639/03;

Que o Órgão Ministerial irá requisitar a fiscalização da Gestão e aplicação da Lei Federal nº 10.639/03, nos sistemas Públicos e

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO: PELO CUMPRIMENTO DA LEI 10.639-HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

As entidades abaixo assinadas vêm a público neste momento para exigir do Estado brasileiro, em suas instâncias Federal, Estadual e Municipal, o cumprimento em toda a sua plenitude da Lei 10639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana no currículo das escolas públicas e privadas dos níveis fundamental e médio. Aprovada em janeiro de 2003, essa lei se fez necessária porque o sistema educacional brasileiro é eurocêntrico e excludente e não reconhece a devida importância dos negros e seus descendentes para a formação do nosso país.

Para que a Lei 10639, uma conquista histórica do Movimento Negro e seus aliados, não vire "coisa morta" é preciso que algumas premissas básicas sejam observadas. Como principais centros de formação de professores e pesquisadores, as universidades devem atualizar o currículo dos seus cursos de licenciatura e de pós-graduação e, ao mesmo tempo, contribuir para o processo de re-qualificação dos docentes que já se encontram exercendo as suas atividades em sala de aula. As prefeituras e governos estaduais cabe a tarefa de criar as condições materiais e políticas para que o professorado e demais agentes da escola pública possam desempenhar com dignidade mais essa missão e, concomitantemente, fiscalizar os estabelecimentos particulares na observância da que determina a mencionada lei.

Como sociedade civil que, atuando a favor da representação de seus membros negros, o Ministério Público recentemente instaurou uma ação civil, que prevê severas penalidades para aqueles gestores públicos e entes privados de todo o Brasil que continuarem a descumprir o que prescreve a Lei 10639.

Quanto a sociedade brasileira, cabe a importante tarefa de participar do debate, acompanhar e cobrar continuamente das autoridades responsáveis, pois os efeitos positivos da lei não dizem respeito apenas aos segmentos negros da nossa população e sim a todo o povo brasileiro, incluindo a atual e as próximas gerações.

Por fim, gostaríamos de lembrar que neste 20/11/2006, Dia Nacional da Consciência Negra, transcorreram-se 311 anos da morte de Zumbi dos Palmares. Por fim, o seu sonho e o de milhares de homens e mulheres que lutaram por uma sociedade livre de qualquer forma de opressão e preconceito continuam mais vivo do que nunca e hoje passa, necessariamente, por um projeto de educação inclusivo, anti-racista e cidadão.

Subscrevem: Movimento Negro de Campina Grande; Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba; Associação Nacional dos Professores de História-PB; Sindicato dos Professores de Escolas Particulares de Campina Grande; Sindicato dos Trabalhadores do Agronegócio da Borborema; Associação dos Docentes da UEPB; Diretório Central dos Estudantes da UFCC; Diretório Central dos Estudantes da UFPE; Centros Acadêmicos de História e Pedagogia da UFPE; União dos Capoeiristas do Planalto da Borborema.

**EVENTO ALUSIVO AO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA
QUAL É A CORDA TUA ESCOLA?**

PROGRAMAÇÃO

Realização: EMEF Tiradentes e EMEF CEAI Dr. Elpídio de Almeida
Data: 20/11/2020 (sexta-feira)
Horário: 09h00-11h30
Formato de Apresentação: Híbrido
Transmissão: youtube, stream yard, facebook e instagran

MANHÃ:
09h00min - Declamação de Poemas-Afros (Escola Tiradentes)
Raiff Batista L. de Souza - "Sou negro" Solano Trindade
Ingrid Thayanne B. Santos - "Encontrei minhas origens" Oliveira Silveira

09h15min - Mesa de Abertura.

- Representante da Secretaria Municipal de Educação.
- Cláudia Lima - Gestora da EMEF Tiradentes.
- Aluisio Marques - Gestor da EMEF CEAI Dr. Elpídio de Almeida.
- Ariovalber de Sousa - Movimento Negro de Campina Grande.
- Lígia Pereira dos Santos - Autora do livro "A Bela Acorfada".
- Emanuel Benevides - Poeta e Supervisor Escolar.

09h30min - Apresentações dos trabalhos desenvolvidos pelo(as) aluno(as) e orientados pelo(s) professores(as). Os melhores trabalhos serão premiados.
Escola Tiradentes
Escola CEAI Dr. Elpídio de Almeida

10h00min - Encerramento (Escola CEAI Dr. Elpídio de Almeida)
Apresentação Cultural:
Projeto Capoeira nas Escolas.

APOIO:
Secretaria Municipal de Educação - SEDUC
Movimento Negro de Campina Grande - MNCG
Instituto Alpagutins - IA
Nando Cesar Produções



**NOVEMBRO
NEGRO**

"Na minha alma ficou
o samba
o batuque
o bamboleio e o desejo de liberdade..."
(Solano Trindade)

**AGOSTO
para a
IGUALDADE
RACIAL**

X SEMINÁRIO AGOSTO PARA A IGUALDADE RACIAL

Movimento Negro de Campina Grande (PB)
34 Anos de Luta Contra o Racismo na Paraíba
Resistência Afro-Indígena para uma Educação Antirracista

Homenageadas/o



BEATRIZ NASCIMENTO
Historiadora



AILTON KRENAK
Liderança Indígena



LÉILA GONZALEZ
Socióloga

De 9 a 13 de agosto de 2021

Transmissão: Canal Educação Antirracista
[Rede de Professores Antirracistas]

Apoio:

